



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS  
MBA EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS  
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
TURMA CIASC 2023**



**“Guerra das Malvinas: os ensinamentos para políticas  
estratégicas de defesa e preparo militar do Brasil à luz das  
Operações Anfíbias do CFN”**

**ALUNO: ÉDER GUIMARÃES NUNES**

**ORIENTADOR: PROF. JOÃO RAFAEL G. DE SOUZA MORAIS**

**NITERÓI, 2023**

ÉDER GUIMARÃES NUNES

Trabalho de conclusão de curso de MBA apresentado ao Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense com parceria ao Centro de Instrução Sylvio de Camargo (Marinha do Brasil) como requisito parcial para a obtenção do título de MBA em Relações Internacionais.

Rio de Janeiro 2023

**Folha de Aprovação de Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais (Monografia)**

**Título do Trabalho:** “Guerra das Malvinas: os ensinamentos para políticas estratégicas de defesa e preparo militar do Brasil à luz das Operações Anfíbias do CFN”

**Aluno:** Éder Guimarães Nunes

**Avaliadores**

---

**Avaliador 01: Bruno Pessoa Villela**

---

**Avaliador 02: Prof. Dr. João Rafael G. de Souza Morais (orientador)**

<b>Notas dos Avaliadores</b>	
<b>Nota 1</b>	
<b>Nota 2</b>	

A Deus, durante toda essa jornada.  
À minha família que sempre está presente nos  
momentos de lutas e vitórias- esposa e filhos.  
Aos meus pais e, com saudades eternas, da  
minha saudosa mãe. Aos meus tios e irmãos.  
Aos meus amigos e camaradas da caserna,  
assim como, meus orientadores e professores.  
Desde de sempre atento a graça divina e viver  
com comprometimento em todas as ações!  
Obrigado.

*“There is a history in all men's lives,  
Figuring the nature of the times deceased;  
The which observed, a man may prophesy,  
With a near aim, of the main chance of things  
As yet not come to life, which in their seeds  
And weak beginnings lie intresured.”*

*Shakespeare*

## RESUMO

Cabe aos historiadores, de acordo com os ensinamentos do político Romano Marco Túlio Cícero, manter presente no seu tempo a história como mestra da vida. Desta forma, buscou-se compreender por meio das lições que se podem extrair da Guerra das Malvinas como manter uma Política de Defesa Nacional diante de tantos desafios. Desde outrora os mares são fundamentais para a sobrevivência humana e por eles grande parcela da economia mundial é escoada. Por conseguinte, foram diversas as disputas pela sua hegemonia conforme o caso citado. Diante desses interesses, muita das vezes estratégicos, pesquisamos acerca da Operação Rosário e Operação Corporate, as quais trazem algumas importantes lições para países que possuem grande costa marítima e arquipélagos bem posicionados nos oceanos. Nesse caminho, percebeu-se a necessidade de analisar como é primordial para o Brasil manter em evolução sua Estratégia Nacional de Defesa e, também, de prosseguir desenvolvendo todos os projetos dessa natureza, os quais habilitam seus estrategistas a terem condições de executarem uma ferramenta básica que é a capacidade de dissuasão. Dessa forma, as Forças Armadas Brasileiras contam hoje com o Corpo de Fuzileiros Navais que tem como sua identidade a capacidade de realizar múltiplas tarefas, dentre elas, Operações Anfíbias. Assim sendo, para projetar poder do mar para terra e defender os interesses nacionais do Brasil, detentor de grandes riquezas naturais, o contínuo desenvolvimento de um Poder Naval está mensurado pelo Livro Branco de Defesa Nacional. Entrementes, a sociedade brasileira deve estar cada vez mais inserida nesse processo por meio de atividades propostas pelas instituições militares e, sobretudo, que as lições aprendidas sobre a Guerra das Malvinas possam fortalecer cada vez mais o Brasil.

**Palavras-chave:** Malvinas. Defesa Nacional. Poder Naval. Operações Anfíbias.

## **ABSTRACT**

It is up to historians, according to the teachings of the Roman politician Marco Túlio Cícero, to keep history present in their time as a teacher of life. In this way, we sought to understand, through the lessons that can be extracted from the Falklands War, how to maintain a National Defense Policy in the face of so many challenges. Since ancient times, the seas have been fundamental for human survival and through them a large portion of the world economy is drained. Therefore, there were several disputes for its hegemony according to the case cited. Faced with these interests, often strategic, we researched Operation Rosário and Operation Corporate, which bring some important lessons to countries that have a large coastline and archipelagos well positioned in the oceans. In this way, it was perceived the need to analyze how essential it is for Brazil to keep its National Defense Strategy evolving and, also, to continue developing all projects of this nature, which enable its strategists to be able to execute a basic tool which is the ability to deter. Thus, the Brazilian Armed Forces today have the Marine Corps, which has as its identity the ability to perform multiple tasks, among them, Amphibious Operations. Therefore, in order to project power from the sea to the land and defend the national interests of Brazil, holder of great natural resources, the continuous development of a Naval Power is measured by the White Book of National Defense. Meanwhile, Brazilian society must be increasingly inserted in this process through activities proposed by military institutions and, above all, that the lessons learned from the Malvinas War can increasingly strengthen Brazil.

Keywords: Malvinas. National defense. Naval Power. Amphibious Operations.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa das Malvinas.....	7
Figura 2- HMS Endurance.....	12
Figura 3- Esquema de Manobra nos Objetivos.....	17
Figura 4- ARA General Belgrano .....	23
Figura 5- Documento Oficial de Rendição da Argentina .....	24
Figura 6- Independência em patrulhamento na Amazônia Azul.....	34
Figura 7- Gastos no Mundo com Investimentos em Desenvolvimento Militar.....	37
Figura 8- Entrevista do Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais ao programa R7 Fala Comigo ....	42
Figura 9- Atlântico Sul e Amazônia Azul.....	45

## LISTA DE ABREVIATURAS

CFN	<i>Corpo de Fuzileiros Navais</i>
AG	<i>Assembleia Geral</i>
ONU	<i>Organização as Nações Unidas</i>
OpAnf	<i>Operações Anfíbias</i>
FA	<i>Forças Armadas</i>
RU	<i>Reino Unido</i>
PRN	<i>Processo de Reorganização Nacional</i>
OTAS	<i>Tratado de Organização do Atlântico Sul</i>
TOM	<i>Teatro de Operações Malvinas</i>
TOAS	<i>Teatro de Operações Atlântico Sul</i>
ARA	<i>Armada Argentina</i>
FT	<i>Força Tarefa</i>
TO	<i>Teatro de Operações</i>
PI	<i>Possibilidade do Inimigo</i>
ENEE	<i>Encontro Nacional de Estudos Estratégicos</i>
END	<i>Estratégia Nacional de Defesa</i>
LBDN	<i>Livro Branco de Defesa Nacional</i>
ERG	<i>Elevação de Rio Grande</i>
PCE	<i>Plataforma Continental Estendida</i>
LEPLAC	<i>Levantamento da Plataforma Continental</i>
CIASC	<i>Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo</i>
KCL	<i>King's College London</i>
PEM	<i>Plano Estratégico da Marinha</i>
PND	<i>Política Nacional de Defesa</i>

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
Capítulo I – BREVE HISTÓRICO DA GUERRA DAS MALVINAS .....	3
1.1- A importância do mar, à luz da Guerra das Malvinas, para a Estratégia Nacional de Defesa no Cone Sul .....	4
1.2- A guerra das Malvinas: contexto histórico do arquipélago .....	6
1.3- A guerra das Malvinas: sob os olhares da diplomacia .....	9
1.4- A guerra das Malvinas: os governos em disputa .....	10
Capítulo II – UMA REFLEXÃO SOBRE AS OPERAÇÕES MILITARES NO CONFLITO DAS MALVINAS.....	12
2.1 - O planejamento da retomada das Ilhas em curso .....	13
2.2 - A Operação Rosário .....	15
2.3 - A resposta da Grã-Bretanha: Operação Corporate.....	18
2.4 - Lições aprendidas pós-guerra .....	25
Capítulo III – OPERAÇÕES ANFÍBIAS E SUAS CARACTERÍSTICAS PARTICULARES EM BENEFÍCIO DA DEFESA NACIONAL .....	28
3.1 - Lições à luz das Malvinas para a Estratégia Nacional de Defesa do Brasil .....	29
3.2 - A importância de meios qualificados para garantir a dissuasão territorial e marítima .....	33
3.3 - O Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil e sua identidade com as Operações Anfíbias .....	38
CONCLUSÃO.....	40
BIBLIOGRAFIA.....	46

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como propósito discutir os possíveis ensinamentos da guerra das Malvinas para políticas estratégicas de defesa brasileiras, à luz das operações anfíbias do CFN. Nessa ótica, busca-se analisar o conflito entre o Reino Unido e a Argentina, ocorrido entre abril e junho de 1982, pela posse das Ilhas Malvinas em um período de necessidade de afirmação nos respectivos governos. O cerne da questão se concentrará em retirar importantes lições desse episódio para a política estratégica de defesa, preparo militar e, fundamentalmente, demonstrar a importância de se fazer operações anfíbias no âmbito do Corpo de Fuzileiros Navais, sobretudo, ao perceber os fatores que foram decisivos para a vitória do Reino Unido e as dificuldades enfrentadas pela Argentina que contribuíram para a sua derrota.

O desenvolvimento do trabalho se estrutura em três capítulos. No primeiro capítulo a ideia central é demonstrar os valores estratégicos que os oceanos representam para a humanidade, a partir da obra de Mahan (1890). Os povos, desde a antiguidade, já faziam do mar uma exclusividade quase que única, por questões geográficas, de segurança e por outras razões como: ser mais fácil e mais barato do que a via terrestre. Essas “estradas” fluviais foram muito exploradas por Mahan em especial na sua obra - *The Influence Of Sea Power Upon History (1660-1783)*. Ademais, pelo mar, observam-se variados exemplos contidos na história de conflitos e guerras que, vindos a partir desse meio, realizam disputas por poder. Depois, a partir de Gustafson (1988), faremos uma breve análise acerca das questões que permeiam as disputas pelo arquipélago datado desde o século XVI, de maneira que essas discussões no campo político não resultaram em um acordo formal, tendo como desfecho final a Guerra das Malvinas.

A seguir, segundo o entendimento de Marcelo Vieira Walsh, discutiremos questões diplomáticas e soluções jurídicas que foram trabalhadas para uma tentativa de ajustamentos entre os reclamantes e, como fonte de pesquisa, segundo o autor citado, apresentaremos sucintamente a versão do Reino Unido e da Argentina a respeito do direito de posse do território e, assim, finalizaremos esse primeiro capítulo apresentando algumas questões no âmbito da Assembleia Geral (AG) da ONU com a exposição de algumas resoluções propostas que tentaram solucionar o problema pelo viés pacífico.

Após essa abordagem inicial, o segundo capítulo tem como foco uma reflexão sobre as Operações Militares de caráter anfíbio no conflito das Malvinas. Conforme análise inicial, não houve um desfecho final pela diplomacia para o caso abordado, algumas questões internas levariam a Argentina a se motivar pela retomada das Malvinas, uma vez que foram esgotadas

as rodadas diplomáticas. Utilizaremos algumas bibliografias como fonte de pesquisa neste capítulo sob a ótica do General Paulo de Queiroz Duarte (1986), Armando Vidigal e Francisco Eduardo Alves de Almeida (2009), de maneira que discorreremos acerca das operações de caráter anfíbio que foram amplamente empregadas, tanto pela Argentina quanto pelo Reino Unido.

A Operação Rosário, que desencadeou o início do conflito, foi precedida por um planejamento em alto grau de sigilo e propiciou a utilização do fator surpresa como um recurso tático e de grande valor psicológico. A questão, a saber, será mais bem compreendida utilizando como base o autor Edward Hampshire (2021), apresentando informações com maiores detalhes sobre o desenvolvimento desta ação, além de outras fontes de pesquisa como o Informe Oficial do Conflito Malvinas do Exército Argentino Tomo I e Tomo II. Algumas perguntas podem ser respondidas, como o que deu certo neste primeiro momento do conflito e não se sustentaria nos episódios subsequentes, uma vez que existia a crença dos planejadores argentinos de que tendo sido concluída a Operação Rosário, a Grã-Bretanha não reagiria militarmente e que haveria cessões diplomáticas em um desfecho final.

Ao contrário do que os argentinos imaginavam, à época, pelas razões que serão exploradas no decorrer deste trabalho, veremos que imediatamente após o início das hostilidades a Primeira-Ministra Margaret Thatcher determinou a criação de uma Força-Tarefa para navegar rumo ao Cone Sul com a missão de retomar as ilhas. Diversos meios navais e de Fuzileiros Navais britânicos iriam desencadear uma imponente Operação com grande demonstração de prontidão, uma característica fundamental para tropas dessa natureza. Assim sendo, a Operação Corporate foi uma grande ação sobre a qual abordar-se-á pontos fundamentais que são interessantes para uma reflexão, sobretudo, pela capacidade de uma pronta resposta e reação ao deslocar tantos meios navais de uma longa distância, cerca de 12.000 milhas, imediatamente.

Ao caminharmos para o último capítulo, sobre o qual, após terem sido explorados alguns fatores que determinaram a Guerra das Malvinas e, por conseguinte, eclodiram nas Operações desencadeadas pela Argentina na Operação Rosário e a Grã-Bretanha na Operação Corporate, pretende-se concluir o estudo com os ensinamentos à luz desse conflito demonstrando as lições das Malvinas para o planejamento estratégico da Marinha Brasileira. As riquezas da Amazônia Azul e da Amazônia Verde são de grande importância para o Brasil pela diversidade do bioma, água doce, pesca e extração petrolífera. Desta forma, é cada vez mais urgente uma defesa e preparo militar do Brasil à luz das Operações Anfíbias, uma vez que é evidente que a extensão dessas bacias a serem defendidas carece de profissionais capacitados.

Sendo assim, quais as lições que se podem extrair de tal conflito para a Marinha do Brasil no que tange a manutenção de doutrinas, meios navais e aeronavais, além de pessoal capacitado para realizar as complexas operações de guerra projetadas do mar para a terra?

No caminho para uma reflexão, sob a óptica das lições aprendidas, daremos prosseguimento ao trabalho através de análises sobre os ensinamentos para políticas estratégicas de defesa e preparo militar do Brasil à luz da Guerra das Malvinas. Apresentaremos, ainda, a visão de algumas autoridades militares e civis em relação à necessidade de promover uma maior interação entre os militares e a sociedade. Essa é fundamental para o desenvolvimento e progresso das FA, ao passo que, os assuntos de Defesa, devem ser de conhecimento e compreensão de todo o povo brasileiro.

## Capítulo I – BREVE HISTÓRICO DA GUERRA DAS MALVINAS

Os ensaios reunidos na obra *Futuro Passado* do historiador alemão Reinhart Koselleck (2006, p.40), instigam na manutenção da crença *Historia magistra vitae*- cunhada por Cícero. Nesse caminho, tem sido guia aos historiadores, durante os séculos, que buscam de uma melhor maneira compreender o que ficou para trás. A partir dessa premissa, acredita-se que o estudo sobre a Guerra das Malvinas se tornará enriquecedor por meio dos ensinamentos retratados através dos diversos autores e pesquisadores do assunto em estudo, de maneira que possamos contribuir para uma melhor reflexão da sociedade.

“A perfídia da razão impede que o homem aprenda diretamente a partir da história, impelindo-o ao seu destino de forma indireta. Trata-se aqui da consequência progressiva que nos leva de Lessing a Hegel. "O que a experiência e a história nos ensinam é que os povos e os governos jamais aprenderam algo a partir da história, assim como jamais agiram segundo ensinamentos que delas fossem extraídos." Ou então, nas palavras de um experiente contemporâneo de Hegel, o abade Rupert Kormmann: "É destino dos Estados, assim como do homem, tornar-se sábio apenas quando já passou a oportunidade de sê-lo." [...] “ O senhor tem toda razão, prezado amigo, naquilo que diz sobre a experiência. Para os indivíduos ela chega muito tarde, para os governos e povos ela não chega a existir. Isso se dá porque a experiência já vivida manifesta-se concentrada em um único foco, ao passo que aquela ainda por ser concretizar estende-se ao longo de minutos, horas, dias, anos e séculos. (KOSELLECK, 2006, p.54)

Ao estudar o caso das Malvinas buscou-se, desde um primeiro momento, ser fiel aos ensinamentos de grandes estrategistas militares e civis, a fim de perpetuar as lições da história militar naval, de maneira que – conforme palavras de Henry Adams – “nenhum ensinamento seria correto, com exceção daquele segundo o qual a única coisa que um professor de história

podia esperar, em um lugar de instruções sobre como agir, seria, no máximo, instruções sobre como reagir.” (KOSELLECK, 2006, p.59)

Um estudo da história militar do passado, como este, é recomendado por grandes líderes militares como essencial para ideias corretas e para a condução hábil da guerra no futuro. Napoleão cita entre as campanhas a serem estudados pelo aspirante a soldado, os de Alexandre, Aníbal e César, para quem a pólvora era desconhecida; e há um consenso substancial entre os escritores profissionais de que, embora muitas das condições de guerra variem de geração em geração com o progresso das armas, há certos ensinamentos na escola de história que permanecem constantes e, sendo, portanto, de aplicação universal, podem ser elevados ao nível de princípios<sup>1</sup>.(Tradução Livre.)

### 1.1 A importância do mar, à luz da Guerra das Malvinas, para a Estratégia Nacional de Defesa no Cone Sul

Inicialmente é fulcral ilustrar a importância do mar, utilizando-se dos versos da música *Guerra no mar*, da ilustre cantora e compositora brasileira Maria Bethânia.

“Você pode me bater

Ai, ai, ai  
e até me provocar  
Ai, ai, ai  
mas não manche as minhas águas  
e se rouba a minha terra  
É guerra no mar, é guerra  
guerreira, guerra é guerra no mar  
se eu não ganho nessa, eu perco  
mas na outra eu vou ganhar.”<sup>2</sup>

O mar, desde a Antiguidade, marcou a história da humanidade por ser palco de acontecimentos de disputas pela sobrevivência e expansionismo dentre os povos. Heródoto, lembrado como o pai da História, e Tucídides, historiador da Grécia antiga, retratam os avanços dos povos gregos no Mediterrâneo em busca da expansão e de interesses e propiciam reflexões para pensar relações internacionais a partir do contato estabelecido entre os povos. Para as

<sup>1</sup> A study of the military history of the past, such as this, is enjoined by great military leaders as essential to correct ideas and to the skilful conduct of war in the future. Napoleon names among the campaigns to be studied by the aspiring soldier, those of Alexander, Hannibal, and Caesar, to whom gunpowder was unknown; and there is a substantial agreement among professional writers that, while many of the conditions of war vary from age to age with the progress of weapons, there are certain teachings in the school of history which remain constant, and being, therefore, of universal application, can be elevated to the rank of general principles. (MAHAN, 1660-1783, p.3).

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/maria-bethania/1363167>>. Acessado em 11/05/23.

sociedades houve, inclusive, um ganho cultural e econômico, a partir desses avanços marítimos; entretanto, as tensões e conflitos seriam cada vez mais presentes. (TUCÍDIDES, c. 460-c. 400 a.C, p.2)

A expansão vinda dos oceanos enfrentou resistências que não aceitaram de forma consensual e amistosa o crescimento unilateral de um único povo. Esse fato levou ao desequilíbrio da balança hegemônica do poder conforme pode ser visto pelos Espartanos que ficaram incomodados com o crescimento do poder Ateniense, o que resultou no início da Guerra do Peloponeso em 432 a.C<sup>3</sup>.

Nesse entendimento, ALMEIDA e VIDIGAL (2009), consideram fundamental a importância de se destacar as águas dos oceanos que cobrem mais de 70% da superfície terrestre em uma área com cerca de 361 milhões de quilômetros quadrados. Isso é considerado por muitos especialistas como entorno estratégico na ótica das relações internacionais e, percebe-se assim, que nesse espaço fluvial, muitas discussões de soberania entre as nações sempre estarão presente nas sociedades.

Destarte, esse meio de comunicação e fonte de riqueza tão importante para o mundo foi estudado por um dos mais importantes influenciadores do poder marítimo. Ele argumentara em seus estudos que o mar era fundamental para o desenvolvimento dos povos do passado e que se faz presente na contemporaneidade com bastante disputa estratégica política e militar. Defende, inclusive, que se um país quer ser coadjuvante nesse cenário, precisará formar uma esquadra capaz de se contrapor aos seus inimigos no cenário internacional. (MAHAN, 1660-1783, p.5)

Segundo o Almirante Ilques Barbosa Júnior, a influência dos oceanos afeta significativamente as civilizações humanas e justamente, grande parcela desta, não compreende com maior ênfase sua importância nas esferas - oceanopolítica, estratégica e científica; as quais, ao longo dos tempos, tem proporcionado que grandes nações exerçam a soberania nos mares. Na obra *Amazônia Azul: Política, Estratégica e Direito para o Oceano do Brasil*, o autor apresenta seus argumentos apresentando conceitos de grandes estrategistas como:

[...]coube ao Almirante Alfred Thayer Mahan apontar que o controle dos mares, ao longo da História, caracterizou um fator de força decisivo em todas as guerras. Na linguagem militar-naval da atualidade, poderíamos substituir guerras por situações de conflito. Tal argumento decorre do entendimento de “quem controla o intercâmbio controla as riquezas e quem controla as riquezas controla o Mundo”. Com o mesmo entendimento e muito antes de Mahan, tivemos o Almirante Temístocles, vencedor da

---

<sup>3</sup> Desta guerra surge um importante conceito das Relações Internacionais criado pelo professor de Harvard, Graham Allison conhecido como “**Armadilha de Tucídides.**” (*Destined For War: Can America and China Avoid Thucydides Trap?*).

Batalha Naval de Salamina, que considerava o “comando do mar como primordial para o comando de todas as coisas<sup>4</sup> [...]”

## 1.2 A guerra das Malvinas: contexto histórico do arquipélago

Inicialmente, cabe elucidar, por meio do orador romano Cícero, a importância dos fatos históricos e sua imortalidade para a vida como instrução. A expressão em latim: “*historia magistra vitae*”, a qual ficou marcada por exemplificar o passado, entre sofrimentos e sucessos, tragédias e vitórias; como exemplos de lições para orientar as gerações presentes a melhor conduzi-las frente aos problemas que possam surgir, é o ponto motriz da busca pela compreensão dos antecedentes que levaram a guerra das Malvinas.” (KOSELLECK, 2006, p.43)

Composta por um arquipélago com mais de 200 ilhas pequenas, compreendida entre a Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, entre os paralelos 51° e 53° de latitude sul entre os meridianos 57° e 62° longitude oeste de Greenwich; localizam-se a 480 quilômetros do continente sul-americano sendo o ponto mais próximo de Stanley cerca de 730 quilômetros. Mais precisamente, as Malvinas se situam a 400 milhas náuticas da costa argentina com uma área total do arquipélago de uma superfície de 11.718 km<sup>2</sup>. (CÁNEPA, 2003, p.6)

Data do século XVI o início das questões de disputa pelo arquipélago. Em um primeiro momento, a versão britânica refuta a posse pela soberania das ilhas, uma vez que alega que em 1592, o inglês John Davis a bordo do navio Desire, teria realizado a descoberta pela primeira vez. Entretanto, a versão argentina é de que em 1520, os espanhóis teriam alcançado este feito, o que lhes conferiria tal direito, anteriormente a eles, além de alegarem que o Tratado de Utrecht fomentava à Espanha o direito a vários territórios na América do Sul, inclusive, as referidas ilhas, e, por herdarem algumas posses espanholas, as Malvinas seriam, então, dos argentinos. (GUSTAFSON, 1988, p.4)

A disputa pelas ilhas ainda foi cenário de fortes debates entre a França e a Espanha no ano de 1767 que, após negociações diplomáticas, manteve-a sobre o domínio espanhol. Ainda nesse período, a Grã-Bretanha teria realizado um acampamento ilegal na Ilha da Trindade, o qual foi combatido pela Espanha que os expulsou em 1774.

Ainda sobre Vernet, cita-se:

“A Gazeta Mercantil de 23 de junho de 1829 publica: “O decreto das Malvinas já foi executado. D. Luis Vernet, natural de Hamburgo, homem muito ativo e inteligente, que havia tentado explorar aquelas ilhas, foi nomeado seu comandante político e militar. Ele foi transportado para lá com sua família e cerca de quarenta colonos

<sup>4</sup> BARBOSA JR, I. Oceanopolítica: Conceitos Fundamentais Amazônia Azul. In Amazônia Azul Política, Estratégia e Direito para o Oceano do Brasil. Revista Marítima Brasileira. V. 129, n.04/06, abr-jun.2009. Rio de Janeiro. (p.58).

ingleses e alemães, com os quais estabelecerá as bases de uma colônia, em Berkley Bay<sup>5</sup>.” (Tradução Livre)

Figura 1- Mapa das Malvinas

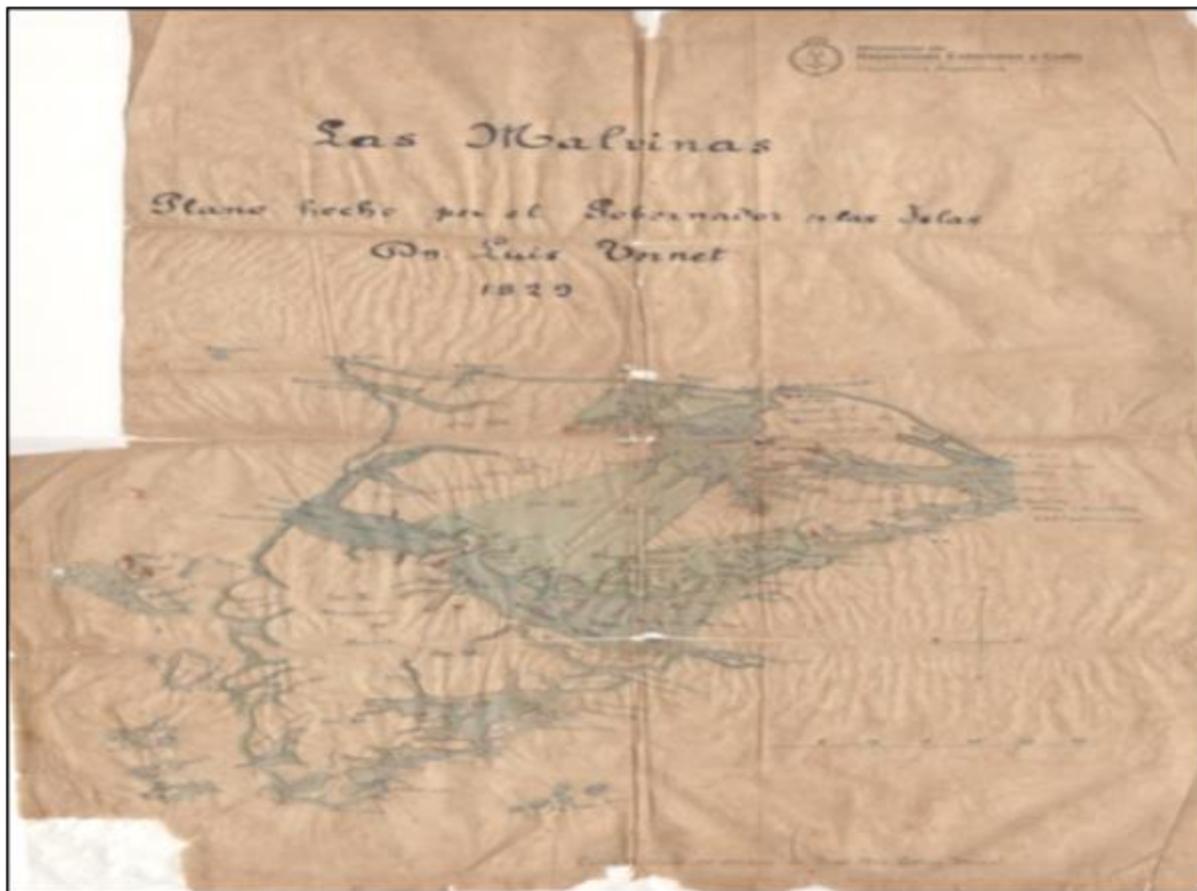


Imagem: la Isla Soledad de Malvinas. Autor: Luis Vernet. La leyenda dice (GUTIÉRREZ, 2020, p.214)

Com o processo de independência da Argentina em 1816 e, após considerar por direito as ilhas herdadas do trono Espanhol em 1810, Buenos Aires elege Louis Vernet, um comerciante, como governador das ilhas a partir de 1829. Assim a sorte de Vernet mudaria o rumo deste início promissor do domínio argentino após um incidente que envolveu navios pesqueiros dos EUA em 1831 quando ele apreendeu dois barcos americanos, os quais adentraram a pescar nas águas das Malvinas e descumpriam, desta forma, os regulamentos e decretos do governo da Argentina quanto a essas atividades comerciais naquela região.

Na perspectiva de Lowell S. Gustafson, o resultado deste evento foi um ataque oriundo da guarnição da fragata americana USS Lexington, sob o comando do seu capitão Silas Duncan, uma vez que as solicitações dos americanos quanto a uma punição sobre Vernet não foram

<sup>5</sup> La Gaceta Mercantil del 23 de junio de 1829 publica: “Ya se ha dado ejecución al decreto sobre las Malvinas. D. Luis Vernet, natural de Hamburgo, hombre mui activo e inteligente, que había hecho una tentativa para explorar aquellas islas, ha sidonombado su comandante político y militar. Se ha transportado allí con su familia, y con cerca de cuarenta colonos Ingleses y Alemanes, con los que echará los cimientos de una colonia, en la Bahía Berkley.”(GUTIÉRREZ, 2020, p.14)

atendidas. Por conseguinte, após um desembarque na ilha, os militares incendiaram alguns prédios, realizaram prisões de moradores, o que acabaria, nessa perspectiva, levando o território a ser declarado sem governante e contribuir, sobremaneira, para as futuras crises no arquipélago se manterem ativas.

Aproveitando-se dos últimos acontecimentos, os britânicos, em três de janeiro de 1833, iniciaram a colonização local com a chegada do Comandante Inglês J. J Onslow declarando que a soberania das Malvinas, a partir de então, estaria sob o controle deles. Cabe mencionar que, diferentemente do ataque dos EUA em 1831 com o uso da força, os britânicos utilizaram o poder da dissuasão sem despende de violência quando hasteiam a sua bandeira. Assim sendo, abriria-se a discussão, novamente, quanto a quem de direito as Malvinas pertenceriam. (GUSTAFSON, 1998, pp. 25-26)

Segundo Walsh (1997, p.17), a perspectiva argentina sobre o seu direito ao arquipélago pode ser compreendida, ainda, da seguinte maneira:

“Além das razões históricas, a Argentina também invoca as de natureza geográfica e de direito internacional. As primeiras repousam no fato de haver uma proximidade em relação ao país platino que dista deste em 352 Km contra cerca de 12.000 Km em relação ao Reino Unido. No tocante ao Direito Internacional Público, desde o Tratado de Tordesilhas e por tratados sucessivos até Nootka - Sound (1790), as ilhas sempre teriam sido espanholas e a Argentina as herdou, ocupou e exerceu sobre elas sua soberania.”

Quanto ao entendimento do Reino Unido, de ser detentor de tal direito, o site oficial do Governo das Falklands cita:

“O Reino Unido reivindicou a soberania das ilhas uma vez que as Ilhas Falklands nunca tiveram habitantes nativos e nenhum povo indígena jamais foi deslocado; em vez disso, as ilhas ficaram totalmente desocupadas até 1765, quando foram reivindicadas pela primeira vez pelos britânicos que estabeleceram uma guarnição em Port Egmont. Em 1833 chega a Marinha Real britânica e expulsa os militares argentinos sem nenhuma morte, exercendo a soberania das ilhas até 1982, quando houve o início do conflito<sup>6</sup>.” (Tradução Livre)

Ao apresentar tais percepções, entende-se que os fatos cujos quais têm permeado o problema a cerca de qual nação seria de fato a detentora, por excelência, do objeto, caminha-se para um complexo campo de apontamentos conforme perspectivas à luz de alguns pesquisadores. Cita-se, por exemplo: “a questão de quem teria descoberto primeiro essas ilhas do Atlântico Sul permanece indefinida, segundo as versões oficiais da Argentina e do Reino

<sup>6</sup> The United Kingdom claimed sovereignty over the islands as the Falkland Islands never had native inhabitants and no indigenous people were ever displaced; instead, the islands were entirely unoccupied until 1765, when they were first claimed by the British who established a garrison at Port Egmont. In 1833, the British Royal Navy arrived and expelled the Argentine military without any deaths, exercising sovereignty over the islands until 1982, when the conflict began. (FALKLANDS ISLANDS GOVERNMENT; disponível em:< <https://falklands.gov.fk/our-history>>)

Unido” (WALSH, 1997, p.19).

### **1.3 A guerra das Malvinas: sob os olhares da diplomacia**

Sobre o campo da diplomacia, as respectivas reclamantes, principalmente a Argentina, têm mantido uma busca, através da Organização das Nações Unidas (ONU), por uma solução para a crise que, nos dias atuais, segue em negociações mesmo sem muitas crenças em um desfecho favorável para o povo do sul.

Faz-se notório mencionar que o principal documento norteador dessas tratativas é a resolução nº 1514 da Assembléia Geral (AG) da ONU. Essa assertiva foi estabelecida no dia 14 de dezembro de 1960 e ficou conhecida como “Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais”, validado por voto de 89 países, tendo sido observado nove abstenções<sup>7</sup>.

Paralelamente, em 1962, foi criado o Comitê de Descolonização, que incluía as Ilhas Malvinas na lista de territórios para descolonizar e, no ano de 1965, após intenso esforço diplomático argentino, os seus interesses alcançaram um positivo reconhecimento na ONU com a aprovação pela AG da ONU da Resolução nº 2065. Essa Assembléia convidou os governos envolvidos a prosseguirem nas negociações, sem demora, com vistas a encontrar uma solução pacífica para o problema à luz dos objetivos da Carta das Nações Unidas, da Resolução nº1514 e dos interesses da população das Ilhas Malvinas (CÁNEPA, 2003, p.9).

Ainda, segundo Francisco P. Cánepa, a falta de movimentação nas negociações fez com que a AG da ONU aprovasse a resolução 3160 em dezembro de 1973. Essa questão é vista como mais um sinal de preocupação que veio à tona, uma vez que já se passara oito anos sem novos progressos e, assim, foi declarado a necessidade de acelerar novos entendimentos entre as nações que, de fato, voltaram a negociar sobre o objeto, porém sem maiores avanços.

Segundo Marcelo Vieira Walsh, como últimas formalidades diplomáticas que antecederam ao conflito em análise, a partir do ano de 1977, um novo debate foi reestabelecido, sendo que pela primeira vez os três atores envolvidos na crise participaram. O viés dessa rodada conhecida como “Rodada de Nova York” seria uma nova estrutura com maior participação nas questões políticas e econômicas pelos argentinos e até seria elencada a temática da soberania.

A questão crucial foi que quando os ilhéus puderam se manifestar, afirmaram claramente o desejo dos que ali habitavam de se fazer permanecer sob a jurisdição do norte e, nesse caminho, os argentinos perceberam que suas reivindicações estavam sem força por esse viés. A partir de então, o governo da Argentina anunciava em 1º de Abril de 1982 que não

---

<sup>7</sup> Assim como observa Chiara Antonia S. M. Biazi em: **O Princípio de Autodeterminação dos povos Dentro e Fora do Contexto da Descolonização**. Revista Faculdade de Direito UFMG, BH, n. 67, pp 181 – 212, jul/dez. 2015.

haveria mais via diplomática para o caso Malvinas.

#### **1.4 A guerra das Malvinas: os governos em disputa**

Passemos à estratégia geopolítica dos governantes argentinos, uma vez que se pautavam em uma proposta de um projeto nacional, que lhes dariam certo reforço na identidade territorial com status de líder no cone sul, sobretudo, a partir da década de 1970, com a evidência dos entornos estratégicos do arquipélago que ganhava forte crença de ter potencial de petróleo offshore e recursos marítimos diversos (KELLY, Philip & CHILD, 1988).

O momento do governo da Argentina era instável e passava por crises e tensões contra o mesmo. Esse episódio culminou em uma Junta Militar que se justificou pelo fato de estar eliminando a corrupção, denominada de “Processo de Reorganização Nacional” (PRN) e tinha como propósito reestabelecer os rumos do país nas questões políticas, econômicas e sociais. A retomada do governo militar em 1976 chegaria até o General Leopoldo Fortunato Galtieri, o qual assumiu como Presidente da República Argentina, em 21 de dezembro de 1981 (COGGIOLA, 2012 p.185).

Faz-se mister ressaltar que os argentinos não decidiram realizar a invasão às vésperas. Alguns arranjos fundamentais como: a existência de um plano de operação desde 1977, a oportunidade vislumbrada pelos militares com a retirada do único navio patrulha britânico no cone sul<sup>8</sup>, além do entendimento de criar na população um sentimento de pertencimento em favor da causa Malvinas e, sobretudo, a aproximação de Galtieri com Washington acreditando que o Tratado de Organização do Atlântico Sul (OTAS), pudesse lhes garantir algum apoio, foram elementos que à luz da história das Malvinas, culminaram para o desfecho do conflito. Ainda segundo Walsh (1997), depois de exauridos os campos Diplomáticos na ótica do governo argentino, Clausewitz em sua obra, Da Guerra, observa que “a guerra é simplesmente a continuação da política por outros meios”, e esse foi o caminho encontrado por eles em 1982.

Igualmente, em 31 de março de 1982, documentos de inteligência alertavam para um possível ataque dos argentinos ao arquipélago às vésperas do conflito. Não havia nenhuma perspectiva desse ataque nem mesmo na semana anterior de maneira efetiva pela Argentina e na ótica dos britânicos tal iniciativa foi como um grande choque e, assim, houve no dia da invasão a determinação do governo da Grã-Bretanha para que o contingente militar local se rendesse. As primeiras palavras da Primeira-Ministra após o ataque podem ser compreendidas como um forte apelo de sentimento que iria levar a uma causa nacional: “pior momento da

---

<sup>8</sup> HMS Endurance foi um navio de patrulha de gelo da Marinha Real que serviu nas Malvinas.

minha vida.” (MOORE, 2013, p.770)

Como afirma Érico Esteves Duarte (2015, p. 142):

[...] caso importante é a Guerra das Malvinas de 1982, pois essa cumpre todos os requisitos de uma guerra limitada como acima delineados: a disputa por um território de valor político limitado e passível de ser isolado estrategicamente. E se aplicados as demais proposições das teorias de Clausewitz e Corbett, é possível ter uma avaliação preliminar das razões do insucesso argentino e da importância de se aprofundar seu estudo. A invasão argentina foi veloz o suficiente para inviabilizar qualquer reação britânica que a estancasse, e também procedeu adequadamente na concentração de força terrestre para defesa nas ilhas. No entanto, a Argentina não foi efetiva o suficiente ou não tinha meios adequados para conduzir uma ofensiva marítima que rompesse as linhas marítimas britânicas. De maneira que foram os britânicos aqueles capazes de isolar as ilhas, resultando em desmoralização e rendição das forças terrestres argentinas nas Malvinas, sem que Argentina tivesse como alterar ou retaliar esses reveses. São várias as questões a serem melhor investigadas e revistas com o benefício da abertura dos arquivos oficiais desde 2012. Entre elas, apontam-se três centrais: existiam alternativas melhores para a campanha marítima argentina? Até que ponto a falta de interoperabilidade entre as forças armadas argentinas foi decisiva para o resultado da guerra? Levando-se em consideração que a força terrestre argentina nas Malvinas possuía considerável contingente militar e reservas logísticas intactos quando da sua rendição, a campanha defensiva terrestre poderia ter sido estendida por tempo suficiente a tornar improvável o sucesso britânico?

Ainda, segundo Duarte e Machado (2018, p. 3):

A Argentina não era capaz de conduzir todas as etapas de operações marítimas em guerras limitadas, segundo a teoria de Colbert. O Reino Unido tinha uma ampla vantagem de recursos navais em relação a Marinha argentina, com mais alto nível de desempenho e prontidão de uma força-tarefa naval completa com meios aéreos, submarinos, de superfície e de mísseis. Isso significa que a Argentina não era capaz de fazer frente aos britânicos numa batalha naval decisiva em alto mar. Como consequência, ela também não era capaz de conduzir uma ofensiva naval que rompesse com as linhas de comunicação marítimas britânicas ou neutralizasse seu acesso as ilhas, muito menos era capaz de conduzir uma ofensiva coercitiva para conquista de posses britânicas adicionais de valor para permuta pelas Malvinas ou causar adicionais que forçassem Londres ceder aos termos argentinos. Da mesma maneira, ela não era capaz de sustentar uma linha de comunicações marítima em apoio de qualquer força estabelecida nas Malvinas.

Apesar disso, argumenta-se que as forças argentinas seriam capazes não apenas de tomar, mas defender as Ilhas Malvinas. Pois, na realidade da guerra no mar na era dos mísseis, existe a possibilidade de acumulação de meios de plataformas distintas em operações de defesa de costa<sup>4</sup>. A Argentina tinha meios navais, aéreos e terrestres suficientes para tornar as ilhas em sua ‘Fortaleza Malvinas’ e impor aos britânicos uma condição de dilema na tomada de decisão: assumir o risco de perdas com os meios disponíveis em um curto prazo de tempo, ou postergar a operação de retomada para concentração de mais meios sob risco de perder as condições políticas - internacionais e nacionais- para tal.

*Figura 2- HMS Endurance*



Imagem: (HAMPSHIRE, 2021, p.62)

## **Capítulo II – UMA REFLEXÃO SOBRE AS OPERAÇÕES MILITARES NO CONFLITO DAS MALVINAS**

O presente capítulo buscará abordar como ocorreram as operações Rosário e o desembarque na Bacia de São Carlos, codinome Corporate. O objetivo é demonstrar que o mar foi fundamental para que o conflito tivesse como oponentes um país do norte da Europa e outro do Sul da América. Além disso, a análise visa à reflexão sobre a necessidade de estar preparado e não subestimar os interesses ou capacidades de atores externos. A expertise de realizar Operações Anfíbias carece de ter meios de excelência e pessoal capacitado, sobretudo, nações como o Brasil que possui grandes patrimônios como a Amazônia Azul e Amazônia Verde. Nesse viés, a capacidade de dissuasão deve se fazer presente na rotina das FA em busca de

melhores aprimoramentos por meio de adestramentos constantes nos diversos espaços de seu território.

## 2.1 O planejamento da retomada das Ilhas em curso

Segundo Paulo de Queiroz Duarte (1986), a retomada dos arquipélagos era um assunto de mais alto sigilo, o qual foi tratado por uma junta militar que tinha como grande princípio da guerra a surpresa. Alguns spoilers estavam sendo anunciados de maneira indireta como, por exemplo, o discurso de posse do presidente Leopoldo Fortunato Galtieri, em 22 de dezembro de 1981, ocasião em que prometera ao povo a reconquista da soberania das Malvinas uma semana antes de ordenar o início da ação. O Comitê Militar da Argentina por meio de uma comissão de trabalho partia da premissa de que tendo sido recuperada a posse do território reclamado, a Grã-Bretanha não reagiria militarmente, uma vez que, as grandes distâncias do Teatro de Operações causariam sérios problemas de ordem logística aos britânicos que se encontravam a mais de 12.000 milhas e, também, por estarem envolvidos com outras questões de desgaste no país. Assim, acreditavam que eles iriam se limitar apenas a embargos econômicos; o que de certa forma subestimava um adversário com grandes capacidades militares que, sobremaneira, contavam com a Primeira-Ministra Margaret Thatcher que buscava uma consolidação no cargo.

Nesse mesmo sentido, confiantes de que a Grã-Bretanha não reagiria, segundo ALMEIDA e VIDIGAL (2009), pode-se compreender à luz dos entornos políticos britânicos, mais uma condição que levou os estrategistas militares argentinos a subestimar seu adversário. O Ministro de Defesa britânico John Nott, com base no Livro de Defesa de 1981, deu ordens para uma nova formatação de sua marinha. Entendiam que uma guerra pautada em antissubmarinos seria mais barata, sobretudo, pelas dificuldades financeiras à época e, desta forma, foram vendidos alguns meios navais e outros postos em segundo plano como os navios de desembarque anfíbio HMS *Fearless* e HMS *Intrepid*, ressalta-se que essa manutenção básica da armada britânica que lhes davam, minimamente, um poder de combate, foi resultado de grandes esforços do Almirantado junto aos políticos, a fim de alertá-los da necessidade de sua Armada ter a capacidade de projetar poder do mar para a terra como pilar de uma grande marinha.

Ainda nessa perspectiva, o planejamento da operação seguia em sigilo e estava por ocorrer. Os argentinos entendiam que seria determinante que tal retomada fosse por meio de uma ação conjunta de suas três forças que, apesar de não terem tal expertise, iria atender a demandas políticas internas. Cabe mencionar que tinham como pauta evitar ao máximo danos

colaterais aos moradores locais e, o que infere-se na preservação dos princípios dos direitos internacionais (DICA). Nesse entendimento, conforme retratado pela História Marítima Argentina (1984) citado por Marchese (2010, p.12), o objetivo fim do plano era causar um sentimento de libertação do povo e que essa medida pudesse, assim, refletir positivamente no campo da diplomacia em rodadas no pós-evento da Operação Rosário.

Com a evolução de todos os acontecimentos ocorridos no trabalho, até o presente momento, a problemática do incidente na Geórgia do Sul propiciou indícios de que um conflito estaria em curso. A questão envolveu trabalhadores argentinos, além de militares infiltrados nesse grupo que faziam parte de uma operação de observação. Na antiga estação baleeira que, havia sido comprada de um britânico, alguns trabalhos de desocupação das instalações seriam executados. Contudo, duas situações causaram alarde para os britânicos: os disparos de armas de fogo efetuados pela tripulação e, também, por hastearem a bandeira nacional da Argentina naquela região. Tais fatos foram protestados pelas autoridades locais que receberam o navio *Endurance* e 22 Fuzileiros Navais em apoio. O que se observa na sequência dos acontecimentos foi o início das Operações militares naquele Teatro de Operações que estavam sendo planejadas meses antes. (ALMEIDA e VIDIGAL, 2009, p.500)

No final de março de 1982, o governo do Reino Unido anunciou que um grupo de 41 trabalhadores argentinos legalmente autorizados a trabalhar nas Ilhas Geórgia do Sul seria expulso à força de lá, por terem hasteado a bandeira nacional; para isso, despachou o navio *Endurance* das Malvinas, e partiu para reforçar este último arquipélago. Em resposta, em defesa de seus compatriotas e para não consentir em um novo título possessório, o Governo Argentino determinou em 26 de março o recrutamento de uma força armada que em primeiro lugar ocuparia as Malvinas e depois a Geórgia do Sul<sup>10</sup>. (Tradução Livre).

Ademais, é fundamental mencionar que os argentinos acreditavam na imparcialidade dos EUA no presente conflito, uma vez que estavam certos de uma aliança mais profunda no continente. Contudo, pressionado, o presidente americano Ronald Reagan, pesou sua posição para a manutenção dos laços com os britânicos e acionou o Conselho de Segurança para desencorajar as intenções da Argentina nas Malvinas. Por conseguinte, a Resolução nº 502 foi assinada por dez países e determinava, imediatamente, o fim das hostilidades e alertava os governos para uma solução diplomática; entretanto, conforme já se sabe, não foi cumprida por parte da Argentina.

---

<sup>10</sup> A fines de marzo de 1982 el gobierno del Reino Unido anunció que un grupo de cuarenta y un obreros argentinos que trabajaban legalmente autorizados en las islas Georgias del Sur, sería desalojado de allí por la fuerza, a causa de haber enarbolado la bandera nacional; a tal efecto despachó la nave *Endurance* desde Malvinas, y se dispuso a reforzar este último archipiélago. Como respuesta, en defensa de sus compatriotas y para no consentir un nuevo título posesorio, el Gobierno argentino determinó el 26 de marzo alistar una fuerza armada que como primera medida ocuparía Malvinas y luego Georgias del Sur. (MORENO, 2011, p.36)

## 2.2 A Operação Rosário

Segundo Hampshire (2021, p.60), uma operação com características fundamentalmente anfíbia, marcaria o início do ataque da Argentina às Malvinas por meio de uma Força Tarefa (FT). Contando com meios navais de transporte de tropa, o navio Cabo San Antonio, na manhã do dia 02 de abril, conduziu o 2º Batalhão de Infantaria de Marinha, além de veículos anfíbios com capacidade de projetá-los do mar para a terra, um grupamento de Comandos-anfíbios e uma reserva. Por volta das 06h30 os primeiros anfíbios tipo Amtracks tocavam à praia de Yorke Bay, ressalta-se que não houve forte resistência dos britânicos, inicialmente, pois contavam apenas com um destacamento militar com cerca de 67 militares na ilha, fato este que levaria o governo britânico futuramente a pensar se houve falhas em não ter na região uma posição de defesa melhor estabelecida. A questão é que, na ocasião, o seu poder de contrapor-se ao ataque da Argentina não poderia fazer frente à Operação Anfíbia Rosário que atendendo ao requisito da surpresa iria lograr o êxito almejado do planejamento.

Conforme cita Miguel Angel Marchese (2010, p.18):

O Plano original contemplava um desembarque efetuado de forma vertical utilizando os principais meios da campanha antártica, os Navios Transporte Polar ARA Bahía Paraíso e o Quebra-gelo ARA Almirante Irizar, razão pela qual foi elaborado este plano alternativo que realizaria um desembarque tradicional efetuado por veículos anfíbios lançados a partir do Navio de Desembarque de Carros de Combate ARA Cabo San Antonio. As modificações foram aprovadas por unanimidade pelos membros do COMIL, sendo então fixada como data mais próxima para o suspender das unidades, o dia 28 de março de 1982, e como data do desembarque o dia 1 ou 2 de abril.

A Operação Rosário<sup>11</sup> por meio da Força-Tarefa (FT) 40, de caráter anfíbio, foi comandada pelo Contra-Almirante Walter O. Allara e outros oficiais gerais que compunham a Operação Conjunta realizada pela ARA<sup>12</sup>, além de contar com a FT 20, sua força de apoio. Na ótica de Osvaldo Coggiola (2012), pode-se constatar que os militares ingleses foram alertados pelo governador local, o qual havia sido informado pelos seus superiores, de que um ataque, surpresa, estava por acontecer e suas primeiras ações logo na manhã do dia D foram determinar as seguintes tarefas – apagar a luz do farol, tentar inutilizar a pista do aeroporto e os radares locais.

Devido às condições meteorológicas adversas, houve um retardo de um dia para o início

<sup>11</sup> Essa operação foi designada a partir do Plano Azul.

<sup>12</sup> Abreviação da Armada da República Argentina.

do assalto anfíbio que ocorreu em 1º de abril de acordo com o informe Argentino-sección IV (1983, p.29), observado na seguinte descrição:

Em 291100 Mar 82, devido ao mau tempo e mar agitado que impossibilitam o encontro dos Jeles dependentes, Cte TOM, por rádio, transmite as ideias orientadoras para a execução da operação que se junta como Anexo 6 do Volume II . Eles estabelecem claramente a intenção de realizar uma operação sem sangue, respeitando os símbolos e bandeiras do Reino Unido. e cuidado e consideração no trato com a população. Fixa o dia 02 de abril e as 06h como hora H<sup>13</sup>. (Tradução Livre)

Com a tarefa de conquistar o farol para o posterior desembarque da tropa, os Comandos Anfíbios da Armada, com alto grau de adestramento, se infiltraram por volta de 00h30 do dia dois de abril nas regiões da ilha Soledad e Cabo San Felipe. A operação anfíbia iniciara em 02 de abril às 06h30 na praia York com o 1º Batalhão-Anfíbio realizando sua saída de praia com cerca de dezesseis veículos anfíbios. Foram conquistados os demais objetivos como a desobstrução da pista de pouso, a rendição do Governador Rex Hunt e da guarnição local do Port Stanley. Um fato que causou grande consternação no público britânico foi a forma da rendição dos Fuzileiros da Marinha Real que tiveram suas imagens expostas na imprensa mundial rendidos e sem reação. (DUARTE, 1986, p.89)

No curso dos acontecimentos, o governo britânico que havia enviado o navio *Endurance* para a Geórgia do Sul, a fim de observar as movimentações locais das forças Argentinas, contava com seus militares alocados para patrulhar a ilha que, indubitavelmente, buscaram defender suas posições. Quando os argentinos deram início a esta outra fase do seu plano, conquistar a Geórgia, os Fuzileiros britânicos estabeleceram danos importantes como os causados ao navio argentino *Guerrico*, parcialmente avariado, e chegaram a derrubar, inclusive, um helicóptero. Entretanto, não mantiveram o ímpeto inicial e logo se renderam às investidas das tropas argentinas. (COGGIOLA, 2012 p.194)

Um ponto a ser destacado na Operação Rosário está vinculado ao estabelecimento do comando estratégico. O sucesso destas operações em conjunto das FA argentinas apesar de nunca antes ter sido testada com fins de combate, contribuiu para o sucesso da ocupação da região em 04 de abril de 1982 por volta das 10h. Logo após a conquista, no dia 07 de abril, desativaram o Teatro de Operações Malvinas (TOM) tendo, imediatamente, ativado o Teatro de Operações Atlântico Sul (TOAS) por meio da declaração do Secretário de Informação

<sup>13</sup> El 291100 Mar 82, ante las inelamencias del tiempo y la agitación del mar que imposibilitan la reunion de los Jelas dependientes, el Cte. TOM, por radio, imparte las ideas reotoras para la ejecucion de la operacion que se agrega como Anexo 6 del Tomo II. En ellas queda claramente establecida la intención de realizar una operacion incruente, el respeto por los símbolos y banderas del RU, y el cuidado y consoderación en el trato para con la poblacion.[...] Fija como dia D el 02 Abr y como hore H las 0600. Fixa o dia 02 de abril e as 06h como hora H.13 (Informe Argentino-Sección IV, 1983, p.29)

Pública da Argentina Rodolfo Baltiérrez. O TOAS seria um importante instrumento de defesa e exerceria uma jurisdição de duzentas milhas que incluiria as costas do seu território e as ilhas conquistadas. (LOPES, 2012 p.164)

Apesar do sucesso na Operação Rosário, os episódios seguintes não teriam o mesmo desfecho. Considera-se que até 05 comandos operacionais controlavam as FT argentinas nessa fase do conflito, enfraquecendo a unidade de comando. A falta de entrosamento entre as forças, assim como a não existência de uma doutrina única entre esses componentes, o curto tempo do planejamento para as ações subsequentes, os meios obsoletos e por fim, a evidência do distanciamento dos níveis de profissionalismo entre os militares das fileiras em comparação com a suas tropas especiais, seriam elementos chaves para as dificuldades que enfrentariam ao se defrontarem com as tropas da Grã-Bretanha na Baía de São Carlos e nos conflitos subsequentes. (MACHESE, 2010, p. 25-26)

Figura 3- Esquema de Manobra nos Objetivos

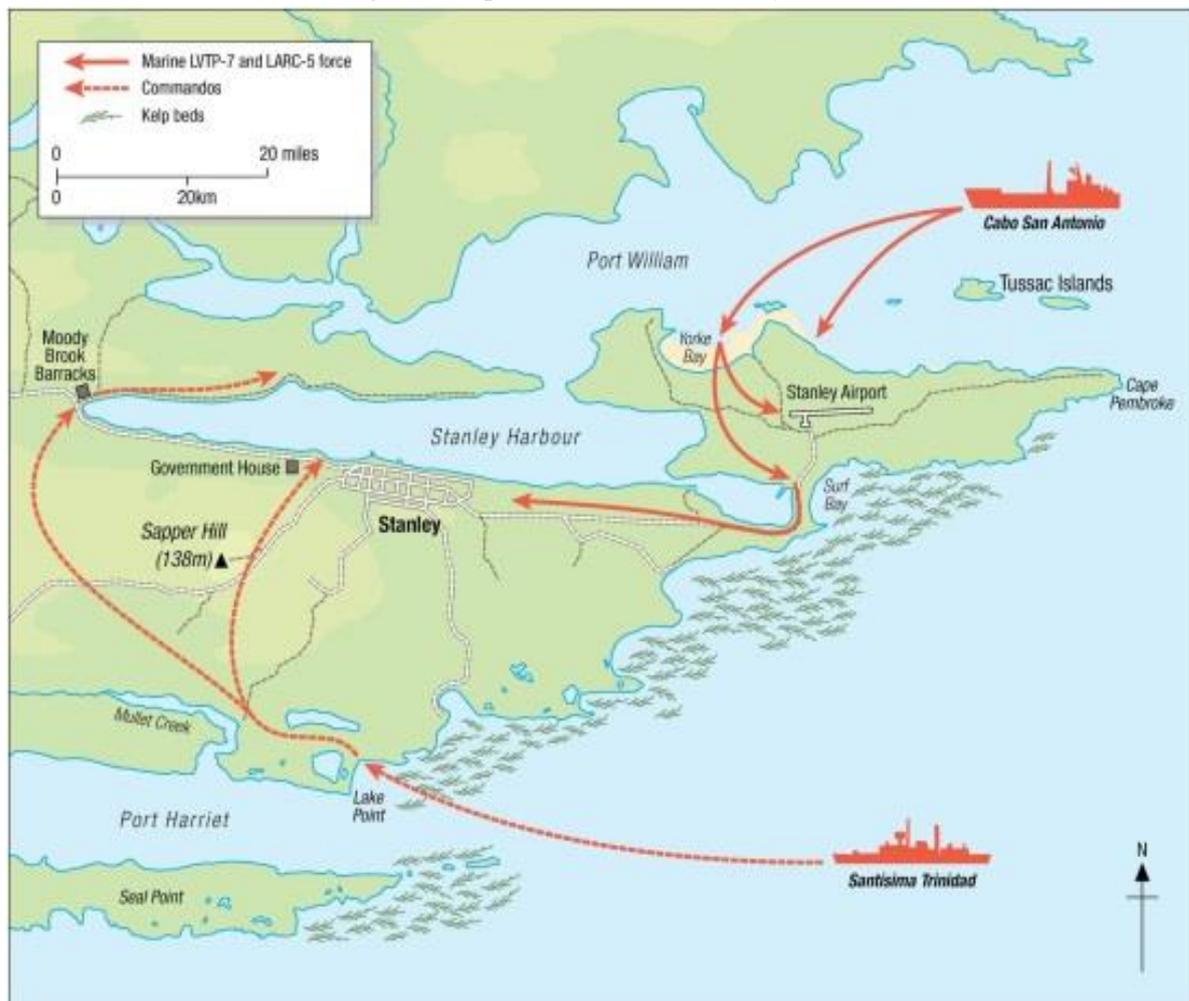


Imagem: (HAMPSHIRE, 2021, p.56)

### 2.3 A resposta da Grã-Bretanha: Operação Corporate

“Se as ilhas forem invadidas, eu saberei exatamente o que nós teremos de fazer – expulsá-los.” (Margaret Thatcher, *apud* ALMEIDA e VIDIGAL, 2009, p.495)

Conforme retrata Edward Hampshire (2021, p.70), a resposta efusiva da Primeira-Ministra ao ter sido informada de que as Malvinas haviam sido invadidas, foi determinar imediatamente o estabelecimento de uma FT, uma vez que os britânicos ao tomarem conhecimento da forma que os seus Fuzileiros Reais foram rendidos, ecoou como uma verdadeira humilhação. Além disso, a pressão da imprensa e do parlamento era muito forte no que tange a uma resposta ao duro golpe sofrido à honra e orgulho da Grã-Bretanha. Entrementes, fator de grande valor estratégico foi a autorização dos EUA, em 04 de abril, quando permite aos britânicos a utilização da ilha de Ascensão cuja qual serviria como uma base avançada aproximando os britânicos de 5.600km das ilhas do Sul e, a partir dela o RU teria melhores condições de estabelecimentos logísticos dado a distância do TO.

A importância de uma Marinha imponente pode ser compreendida com o depoimento abaixo:

O Ministro da Defesa John Nott, mostrou-se mais agressivo que na véspera, durante a reunião de emergência do Parlamento, e assinalou que a Grã-Bretanha pretendia reconquistar as ilhas ocupadas pelos argentinos "custe o que custar". Ao ser indagado pelo entrevistador sobre se os britânicos entrariam em luta para ganhar. Nott foi enfático: "Não se entra em uma luta se não for para ganhar" - e acrescentou: "Final, ainda temos a Marinha mais poderosa do mundo, depois das duas superpotências". (DUARTE, 1986, p.246)

Certos da necessidade de se preparar, o Cte. do TOAS, Vice-Almirante D. Juan J. Lombardo, visitou as Malvinas a fim de presenciar os trabalhos que estavam sendo realizados pelos militares com o objetivo de defender, principalmente, a ilha de Soledad, a qual era tida como uma das mais importantes. Destarte, segundo DUARTE (1986, p.272): “Mas não se tinha, realmente, até aquele momento uma idéia clara se devia preparar a defesa caso a ameaça britânica se concretizasse e se ao mesmo tempo se iniciariam as negociações diplomáticas.” Por conseguinte, o Cte. do TOAS determinara entre outras tarefas: desgastar, neutralizar e/ou destruir, em oportunidades favoráveis, os meios de superfície inimigos. Cabe, sobremaneira, destacar o estudo das possibilidades do inimigo (PI), levantadas pela inteligência argentina em que apresentavam as prováveis capacidades britânicas de isolar as ilhas com submarinos, ações de bloqueio e interdição de aeroportos, lançamento de Operações Anfíbias e utilizar, ainda, de seus submarinos nucleares, os quais iriam, sobremaneira, desbalancear o TOAS. (Informe

Oficial Ejército Argentino. T.1, 1983, p.33-34)

A Operação Corporate iniciara a partir de 05 de abril ao suspender, do porto de Portsmouth, os porta-aviões *Invencible* e *Hermes*, tendo levado 22 aviões do tipo *Sea Harrier*, além do navio anfíbio *Fearless*, todos rumo à ilha de Ascensão. Cabe destacar o alto grau de prontidão dessa Força-Tarefa, requisito inerente de tropas expedicionárias, a qual foi constituída por quarenta e dois navios de guerra da Royal Navy, vinte e quatro da Esquadra Auxiliar e quarenta e cinco navios de carga, grandes mercantes – considerado como um fator estratégico do poder marítimo; trouxe, ainda, um efetivo de vinte e oito mil militares para a execução da operação. Segundo Isidoro J. Ruiz Moreno (2011), essa demonstração de poder naval não era empregada desde a última grande guerra, o que nos leva a perceber tamanha decisão e gana de recuperar as Malvinas pelos mais diversos motivos já apresentados no trabalho em curso.

De acordo com Almeida e Vidigal (2009, p.506), durante os dias de preparação da FT na ilha cedida pelos EUA, exercícios anfíbios foram amplamente realizados e grande volume de materiais e equipamentos estavam chegando para possibilitar as ações durante o combate. A contraofensiva iniciara, então, por meio da ofensiva de codinome Paraquet que tinha como objetivo recuperar a Geórgia do Sul a partir do dia 18 de abril de 1982. Assim, elementos de operações especiais britânicos – “Special Boat Squadron” - foram infiltrados para ações de reconhecimento, entretanto, as condições climáticas mudaram abruptamente e uma retirada dessa equipe teve que ser efetuada às pressas, tendo sido perdidos dois helicópteros que, ao voarem baixo, atingiram uma região de nevasca; esses acontecimentos elucidam bastante as dificuldades de não se ter um conhecimento mais aprofundado do terreno, o que, geralmente, deve ser bem explorado por quem defende e tem maior intimidade com a região local.

Depois de muitos esforços, outros elementos de forças especiais foram desembarcados na região de Cumberland por meio do submarino argentino – *Santa Fé*, o qual foi alvo de aeronaves inimigas, e veio a afundar. Meio Naval considerado de grande valor estratégico para causar dissuasão, sua perda proporcionou uma conturbação por parte dos argentinos e, no dia vinte e seis de abril, sem resistir, a operação de codinome Paraquet foi concluída pelo RU e a Geórgia retomada. (ALMEIDA e VIDIGAL, 2009, p.508)

Segundo Almeida e Vidigal (2009, p.508), essa primeira fase da Operação Crate acendeu um alerta na ARA que, imediatamente, movimentou sua FT-79 cuja qual era composta de quatro GT. Cabe mencionar que as FA da Argentina, na década de 1970/80, angariaram importantes melhorias por conta da ameaça de um conflito remoto com o Chile pela posse do Canal de Beagle e, também, pelo momento político em que se encontrava. Com cerca de 30

meios navais com destaque para o navio aeródromo *25 de Mayo*, o cruzador leve *General Belgrano*, as seis corvetas com mísseis Exocet e os seus quatro submarinos, contavam, ainda, com uma importante aviação de Marinha e de Força Aérea bastante empregadas no conflito. (DUARTE, 1986, p.261)

A partir de 27 de abril, os Grupos-Tarefas da ARA se posicionaram nas regiões do golfo de San Jorge e Isla de Los Estados com a tarefa de estabelecer contato com o possível avanço da esquadra inimiga. Com a expectativa de um bloqueio naval britânico, a frota manteve-se, até segunda ordem, em sua base naval no porto Belgrano com os militares embarcados e em concentração total, inclusive, sem contato com o público externo. Desta maneira, o planejamento, em curso, seria poder proporcionar uma autonomia de vôo mínima necessária a fim de ser exequível as operações aéreas com as suas aeronaves tipo *Skyhawk*, sendo lançadas do *25 de Mayo* e com as missões de interceptação aos navios britânicos. Fica evidente por meio dessa análise a importância de se ter um NAE, sofisticado, servindo como uma base móvel avançada de lançamento de caças de combate para uma Marinha de Guerra; entretanto, os argentinos não eram detentores de um porta-aviões moderno, suas máquinas não eram potentes o suficiente para lançamento, necessitava de relativo vento de convão que era comum na região, entretanto, para revés argentino, as condições meteorológicas não lhes foram favoráveis e o máximo que as aeronaves encurtaram da frota do RU foram 180 milhas. (ALMEIDA e VIDIGAL 2009, p.511)

Segundo Duarte (1986, p.354), a questão do bloqueio marítimo causara um isolamento significativo para as tropas argentinas localizadas nas Malvinas, pois em pouco tempo sofreriam com a falta de suprimentos ou com a deficiência nas reposições bélicas que, por hora, só chegavam por meio aéreo. Nesse sentido, os britânicos que também tinham dificuldades de ordem logística e operacional para utilizar seus aviões de combate, decidiram por em prática apenas a operação Blackbuck que tinha como grande ponto focal de esforço destruir ou causar danos na pista de Stanley e, desta forma, retardar os vôos para as Malvinas.

Os bombardeiros *Vulcans*, em primeiro de maio, realizaram sete operações as quais tiveram grande efeito psicológico e de ação retardadora aos argentinos que não tiveram como reagir nem realizar melhorias da pista de Port Stanley que foi parcialmente danificada pelos ataques. Estes primeiros ataques ocorreram sem nenhuma resistência de artilharia anti-aérea. Ademais, houve apoio de fogo naval por meio das fragatas britânicas, a partir de 10 de maio, que ao se aproximarem da costa passavam a serem alvos em potencial das aeronaves argentinas que conseguiram algumas ações importantes.

Um pontual episódio iria marcar as memórias da Argentina no dia 03 de maio. O

submarino nuclear britânico *Conqueror* lançou um torpedo<sup>14</sup> contra o Cruzador *General Belgrano*<sup>15</sup> – importante navio da ARA. Em menos de uma hora o navio veio a afundar morrendo cerca de 300 tripulantes cuja maioria se deu pelo efeito do torpedeamento e em uma operação de resgate foram salvos 770 homens. Bonzo, comandante do cruzador, deixou registrado que: “isso, mais e extraordinária dedicação de cada homem dos navios de resgate para atender os náufragos, inscreve-se nas páginas mais eloquentes da solidariedade no mar”. (DUARTE, 1986, p.367)

Ao analisar a ação empreendida pelo submarino nuclear britânico *Conqueror*, o Ministro da Defesa britânico, John Nott, deu explicações na Câmara dos Comuns quanto aos possíveis ataques que o navio argentino poderia desencadear a sua FT e, em virtude de sua capacidade de ataque, foi marcado como um alvo compensador e descrito como legítima defesa na percepção da Grã-Bretanha.

De acordo com Edward Hampshire (2021, p.118-121), a batalha continuava e o próximo episódio se daria na Bacia de São Carlos. Uma FT composta por tropas especiais, grupamentos de artilharia, engenharia e logística que compunham um grupo de desembarque britânico, realizariam o ataque principal. Em uma operação anfíbia podem ocorrer algumas outras importantes ações paralelas como, por exemplo – uma forma de demonstração de meios navais e aeronavais em uma outra praia de desembarque, a fim de confundir e iludir o seu adversário de que o assalto será realizado nessa outra região e, assim, causar um dilema no seu planejador. Assim sendo, nos momentos que antecederam ao assalto anfíbio na Bacia de São Carlos, mais precisamente em 12 de maio, ocorreu a Operação Tornado que tinha como objetivo, precípuo, causar grandes desgastes a East Falkland com ataques aéreos e bombardeiros costeiros, contribuindo, desta maneira, para o sucesso do ataque principal da FT.

Conforme relatos do Almirante Woodward Comandante da Força-Tarefa britânica, a FT navegava nas primeiras horas do dia 19 de maio de maneira cautelosa em direção à baía de San Carlos em um mar do Atlântico muito turbulento, os planejadores pensavam nas possibilidades de realizar o desembarque em virtude das condições climáticas severas. O lançamento de embarcações de desembarque era inviável naquele momento e a opção de transporte por helicópteros seria ideal se tivessem aeronaves em grandes quantidades para por em terra um forte efetivo de combate nas primeiras vagas.

Nas palavras do Almirante, “As decisões nunca devem ser tomadas até que sejam absolutamente necessárias”; e, na manhã seguinte, o tempo deu uma trégua e possibilitou o

<sup>14</sup> Solicitou autorização a Londres.

<sup>15</sup> Adquirido em 1946 pela Argentina, por um milhão de dólares, recebeu o nome de "17 de Outubro", data da posse do General Perón no governo. Após a queda do ditador, o cruzador teve seu nome mudado para o de General Belgrano, em homenagem ao herói da Independência do país.

lançamento no mar das embarcações tipo LCUs que transportariam os combatentes. (WOODWARD e ROBINSON, 1992, p.234)

Em todo caso, eu tinha outras coisas em mente. Enquanto o Grupo Anfíbio se dirigia para o oeste sem mim, eu ainda estava um pouco surpreso que os argentinos ainda não tivessem chegado com força para atacar Hermes e Invincible. Na verdade, eu tinha certeza de que eles logo fariam um esforço total para eliminar nossos dois aeródromos flutuantes - certamente não poderia ter escapado a eles que os porta-aviões eram absolutamente críticos para o nosso sucesso<sup>16</sup>. (Tradução Livre)

Nessa tensão que pairava sobre a FT, o Grupo Anfíbio foi liberado para realizar as suas tarefas e era nítido o semblante de preocupação das tropas anfíbias. A expectativa desse desembarque deixou o Almirante muito ansioso pelos resultados que viriam devido ao alto grau de complexidade de realização da mesma. Entretanto, as tropas que foram lançadas do *Canberra*, *Intrepid* e *Fearless* encontraram pouca resistência das tropas argentinas nas quatro praias de desembarque, sobretudo pelas táticas usadas pelos britânicos que exploraram as fraquezas do seu oponente (WOODWARD e ROBINSON, 1992, p.247). De acordo com o Informe Oficial do Conflito Malvinas do Exército Argentino Tomo I (1983, p.64), por volta das 08h10 do dia 21 de maio, um observador avistou adentrar ao canal que leva ao Porto de São Carlos um grande navio branco escoltado por três fragatas, tendo as tropas britânicas, às 08h30, chegado à praia recebendo cobertura aérea por helicópteros.

Esses foram obrigados a realizar vôos razantes em seus ataques aos navios britânicos e a cabeça de praia. Sofreram copiosamente por que muitas de suas bombas não explodiram nos alvos, isso deixariam questionamentos futuros quanto aos possíveis problemas das falhas que podem ter sido de origem de fabricação ou até mesmo a altura de lançamento dos artefatos. Almeida e Vidigal (2009, p.516), retratam o esquema de defesa aéreo do RU que se estabeleceu rapidamente em terra com os *MAS Rapiers* e outras linhas de defesa no perímetro externo a cargo dos *Sea Harriers*, e cita, ainda, as defesas a partir dos navios que ficaram conhecidas como armadilha de mísseis, sistemas esses que já no primeiro dia derrubaram quinze aviões argentinos.

---

<sup>16</sup> In any case I had other things on my mind. As the Amphibious Group headed westward without me, I was still mildly astonished that the Argentinians had not yet come in force to attack Hermes and Invincible. Indeed I was sure that they must soon make an all-out effort to eliminate our two floating airfields - it surely could not have escaped them that the carriers were success. (WOODWARD e ROBINSON, 1992, p.243)

Figura 4- ARA General Belgrano



Imagem: (HAMPSHIRE, 2021, p.86)

Nos dias que se seguiram o combate, as tropas britânicas avançavam para consolidar seu objetivo de retomada das ilhas com apoio dos blindados *Scorpion* e *Scimitar*. O Informe Argentino (1983, p.69) destaca que, em 22 de maio, após uma primeira avaliação da situação geral, considerava-se que o seu oponente consolidara a Cabeça de Praia a partir do porto San Carlos e foram avaliadas possibilidades de retardar e desgastar o avanço das tropas britânicas, entretanto eram diversas as dificuldades das tropas argentinas para se opor a tal ação, cita-se:

inferioridade aérea, dificuldade de emprego de helicópteros para transporte de tropas, a falta de combustível e outros fatores logísticos. Sem muitas opções de se contrapor ao ataque final contra Port Stanley e a tomada da capital, o fim do conflito seria estabelecido às 20:59h do dia 14 de Junho conforme o seguinte documento:

Figura 5- Documento Oficial de Rendição da Argentina

ANEXO 79  
(Art. 10.004 a)

Cuartel General de las Fuerzas  
Terrestres de las Islas Falkland.

**DOCUMENTO DE LA RENDICIÓN**

Yo, el que suscribe, Comandante de todas las fuerzas terrestres, aéreas y navales argentinas en las Islas 'Falkland' (en el original, "incondicionalmente" figura tachado; en su lugar, se leen las iniciales "MBM") presento mi rendición ante el Gr1 de División J. J. MOORE CB OBE MC que representa al Gobierno de Su Majestad Británica.

Según los términos de esta rendición, todo el personal argentino que se encuentre en las Islas 'Falkland' deberá congregarse en los puntos de reunión que determinará el General Moore y entregar sus armas, munición, y demás armamentos y equipo bélico según lo ordene el General Moore o los oficiales británicos asignados para actuar en su nombre.

Después de la rendición, todo el personal de las Fuerzas Argentinas será tratado con honor de acuerdo con las condiciones establecidas en la Convención de Ginebra de 1949. Obedecerán todas las instrucciones concernientes al desplazamiento y las relacionadas con el alojamiento.

Esta rendición se hará efectiva a partir de las 2359 horas ZULU del 14 de junio (2059 horas local) e incluye a todas aquellas Fuerzas Argentinas que actualmente están desplegadas en o en las cercanías de Puerto 'Stanley', aquellas otras en 'East Falkland' (en el original, sigue una palabra que está tachada; en su lugar, figuran las iniciales: "MBM"), 'West Falkland' y en todas las demás islas más distantes.

(A continuación siguen las firmas del: "Comandante de las Fuerzas Argentinas"; del "Gr1 de División J. J. MOORE" y de los testigos.)

2359 horas, 14 de junio de 1982.

Imagem: (Informe Argentino, Tomo II, 1983, p.280)

## 2.4 Lições aprendidas pós-guerra

Sob a ótica de Almeida e Vidigal (2009, p.496), o Reino Unido passava por dificuldades econômicas na década de 60, o que levou alguns dos seus políticos a propor uma nova forma de defesa. Essa situação iria submeter a Armada a uma nova filosofia de defesa, principalmente, em antissubmarino. Coube ao hábil Almirantado encontrar uma solução ideal junto aos políticos, provando ser necessário manter uma esquadra capaz de projetar poder do mar para terra. Acertadamente anos depois do conflito, assim se expressou o almirante Sandy Woodward Comandante da Força-Tarefa britânica a respeito do Livro Branco de Defesa de 1981:

Políticos... estão muito inclinados a ter como certo que as forças armadas de Sua Majestade Britânica farão o que quase sempre têm feito em tempo de guerra, tenham ou não recebido os equipamentos necessários. Os cortes em nossa força de superfície propostos na revisão de defesa de 1981 teriam nos tornado impotentes no final de 1982. Foi somente ... a guerra das Falklands que salvou a Marinha Real dessa situação. [...] Éramos todos parte de um grupo nacional, trabalhando para a autoridade nacional única. É, talvez, a mais importante lição de toda a campanha a de que operações combinadas de grande vulto exigem um comandante único e um estado-maior combinado”. (ALMEIDA e VIDIGAL, 2009, p.497 e 520)

A capacidade expedicionária demonstrada pelo RU com a frota marítima deslocada para a operação careceu de um grande aparato logístico pela RFA. O emprego de cerca de 45 navios mercantes em apoio aos militares britânicos aponta para a importância de se ter esses meios navais nacionais de grande valor estratégico para operações navais na guerra utilizando seus contêineres para aumentar sua capacidade de armazenagem de alimentos, e até alojamentos. Destarte, a ilha de Ascensão que distava de 6.000 km das Malvinas foi o local de aporte logístico dos britânicos que souberam aproveitar com grande eficiência, uma vez que a Argentina podia contar com bases de apoio bem mais próximo do arquipélago.

Outro ponto a se frisar diz respeito à ausência da prática e doutrina de operações conjuntas por parte das Forças Armadas argentinas. O resultado disso foi que cada força singular lutou sua própria guerra em separado – a Marinha atuando sobretudo até o afundamento do cruzador *Belgrano*, a Força Aérea tendo papel principal na guerra até o desembarque britânico em San Carlos, e o Exército assumindo, a partir daí, o esforço maior na guerra. A ausência de integração deu-se mormente entre o comando nas Ilhas e o responsável pelos *raids* aéreos que partiam do continente. Conforme atesta o Informe Rattenbach, relatório argentino elaborado com a finalidade de analisar e avaliar as responsabilidades no conflito do Atlântico Sul, no capítulo relativo às lições de guerra, “só a integração das Forças Armadas permite a consecução dos objetivos militares perseguidos”. Diferente da Argentina, é destacado também que “a Grã-Bretanha mostrou sua capacidade ao constituir uma força-tarefa anfíbia perfeitamente balanceada para suas necessidades operativas” (ALVES e CAMPOS, 2012 p.12)

Indubitavelmente, extraiu-se o entendimento de que para criar mecanismos de dissuasão é fundamental ser possuidor de meios com capacidade de tornar o combate favorável aos seus interesses conforme se pode constatar no trecho abaixo.

A situação seria agravada pelo que determinou o comandante do Teatro de Operações do Atlântico Sul, almirante Juan José Lombardo, friamente estampado em 12 de abril em seu plano esquemático nº 1/82 "S": O uso das unidades de superfície de a Frota Marítima será restringida pela presença de submarinos atômicos, o que a torna inaceitável em termos de custo, e pelo conflito do sul. (MORENO, 2011, p.39. Traduzido)

Com o afundamento do ARA *General Belgrano*, praticamente se estabeleceu o fim do combate da armada Argentina que recolheria seus navios aos portos com receio de perder outras naves de combate e se tornar ainda mais vulnerável.

A guerra naval não começa e termina com a destruição da frota de batalha do inimigo, nem mesmo com a quebra de seu poder de cruzador. Além de tudo isso, há o trabalho real de impedir a passagem de um exército pelo mar e de proteger a passagem de nossas próprias expedições militares. Há também a obstrução de seu comércio e a proteção do nosso. Em todas essas operações, estamos preocupados com o exercício de comando. (CORBETT, 2004, p.276)

Conforme retrata Duarte e Machado (2018, p. 33 e 34), devido a perda do ARA Cruzador, caberia a Força Aérea desgastar os navios britânicos, entretanto, devido ao fato de não ter sido dada atenção à preparação da defesa das Malvinas, teria sido fundamental aumentar a pista em Stanley para receber *Mirage III*. Sem poder contar com o seu NAe e com a pista para diminuir as distâncias, a sua capacidade de combate era em torno de 5 minutos antes de ter que voltar para o continente. Fica evidente que se faz necessário contar com locais estratégicos ao redor de suas capitais de defesa com bases logísticas preparadas para receber meios de combate aéreos e navais, o que faltou no planejamento argentino.

Outro ponto considerado por especialistas como erro estratégico da ARA está vinculado às maneiras como se empregaram seus dois submarinos. Um meio de natureza de dissuasão por natureza não poderia estar sendo usado para infiltração de militares, tendo sido inclusive um dos momentos que, somados as dificuldades mecânicas, condicionaram o *Santa Fé* a ser afundado em combate. Agrega-se a essa questão que em quase setenta anos de operações da Força de Submarinos, não se tinha por doutrina realizar exercícios naquela região e, por isso, não conheciam as dificuldades das correntes marinhas e outros elementos cruciais para as operações submarinistas. (LOPES, 2012, p.280)

Ainda, segundo o Informe Argentino (1983, p.62), em 12 de maio de 1982, em consequência da diminuição dos níveis de abastecimento, devido ao bloqueio marítimo e aéreo,

o Cte. Conj. Guar. Mil MALVINAS determina que, a partir dessa data, seja consumida apenas uma refeição diariamente. Devido a esse fato, o moral da tropa diminuiu ainda mais, uma vez que o severo clima da região, por si só, já abalava o ímpeto de combater daqueles soldados. O referido documento registrou, ainda, as ações das forças britânicas pelo seu volume, precisão e capacidade nas manobras de fogos, na sua alta capacidade de identificar os alvos argentinos e do seu alto desempenho no combate.

Como lições no âmbito estratégico, teria o general Galtieri, em virtude de sua crença de uma aproximação com os EUA, subestimado a Grã-Bretanha? Os Spoilers da reestruturação que as Forças Armadas do RU estariam passando em suas mudanças de pensamento no âmbito de defesa teriam o levado a acreditar que as Malvinas não estariam em tamanha prioridade? Teria Galtieri acreditado que essa ação militar terminaria apenas em ações diplomáticas junto à ONU e descartado um possível contra-ataque do RU. Conforme Almeida e Vidigal (2009, p.521), sobretudo, a dependência externa em obter equipamentos e sobressalentes foi um alto preço pago pela Argentina que estava isolada naquele momento pelos embargos que sofrera.

Ao finalizar essa análise, Duarte e Machado (2018, p. 42) cita algumas perdas que marcaram os cem dias da guerra das Malvinas. O RU teve 35 aeronaves abatidas, nove dos seus navios levados a pique e 32 avariados, além de 225 mortos e 777 feridos. Entrementes as forças argentinas perderam 117 aviões, 04 navios afundados e 04 avariados e entre suas tropas um total de 335 soldados mortos e 1.068 com ferimentos.

A partir do exposto, é possível afirmar que as ações militares desenvolvidas pelos dois países no conflito, tiveram como princípios fundamentais tanto na Operação Rosário como na Operação Corporate, o envolvimento de uma Força que vem do Mar e projeta poder sobre a terra. Composta por Forças Tarefas, seus meios Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais demonstraram a importância de se realizar Operações Anfíbias em ambientes diversos e, na ocasião, nas Malvinas.

A referência a operações anfíbias e batalhas em ilhas na guerra moderna são as ofensivas norte-americanas no Teatro de Operações do Pacífico contra o Império japonês. Ali as duas forças se defrontaram numerosas vezes. A partir de fins de 1943, a iniciativa estratégica era inteiramente dos Estados Unidos. As batalhas eram lutadas com total supremacia aérea e naval por parte dos norte-americanos. Ainda assim, foi notável a resistência da defesa japonesa em praticamente todas as operações, especialmente se comparamos com o acontecido nas Falklands/Malvinas. Para conquistar a minúscula ilha de Peleliu (setembro-novembro de 1944), por exemplo, onde os japoneses acantonaram uma força de dimensão muito semelhante a que os argentinos fixaram nas Falklands/Malvinas, foram necessárias dez semanas de intenso combate e uso, pelos norte-americanos, de uma força invasora duas vezes maior do que a inimiga, a despeito de desfrutarem da supremacia aeronaval já comentada. (USNI, 2010, *apud*, ALVES e CAMPOS, 2012 p.09)

### **Capítulo III – OPERAÇÕES ANFÍBIAS E SUAS CARACTERÍSTICAS PARTICULARES EM BENEFÍCIO DA DEFESA NACIONAL**

Ao iniciarmos a análise deste último capítulo, propôs-se extrair algumas lições à luz dos acontecimentos concernentes ao conflito das Malvinas. Coube inicialmente uma breve contextualização histórica sobre as contestações da posse daquele arquipélago que culminaram no episódio em questão. Posteriormente, buscamos analisar as operações militares que nos levaram a refletir sobre a importância de se manter ativa uma força balanceada e de pronto emprego, sobretudo, capaz de realizar as complexas operações navais. Destarte, aquele teatro de atividades militares, no Atlântico Sul, consolidou-se, efetivamente, por meio do emprego de tropas expedicionárias lançadas a partir do mar.

Nesse caminho, a partir dessa fase da pesquisa, percebe-se a necessidade de se manter estrategicamente uma Força Naval preparada e capacitada para defender e dissuadir os interesses Nacionais, particularmente, no caso do Brasil, na defesa da Amazônia Azul e Verde. Assim sendo, cabe mencionar o papel exercido pelo Corpo de Fuzileiros Navais o qual realiza diversas tarefas e, neste caso, tem a capacidade de realizar Operações Anfíbias nas ilhas estratégicas, litoral e demais regiões do território brasileiro.

Faz-se oportuno mencionar, segundo Reginaldo Gomes Garcia dos Reis quando apresenta o seu artigo “Atlântico Sul e Amazônia Azul: Um desafio geopolítico para a sociedade brasileira?” (2014, p.31) e cita: “Um salto no tempo leva até a figura de José Bonifácio, que nos deixou as lições de como utilizar o pensar estratégico não somente no sentido do uso da força, mas do controle das ações para conquistar os interesses vitais dentro de objetivos políticos bem definidos.” Esse entendimento corrobora para demonstrar que o caminho a ser seguido deve ser pautado em uma política que agrupe diversos setores da sociedade com pensamentos balanceados e pautados no objetivo fim- nossa Soberania.

Assim, conforme análise de Corbett (2004, p.33) em *Principles of Maritime Estratega*, pode-se observar, através do seu entendimento, como é fundamental uma correta negação e emprego do uso do mar por meio de quem necessita proteger suas riquezas.

Pois, em quaisquer circunstâncias, é impossível para tal Potência estabelecer sua defesa ou desenvolver plenamente seu ataque sem garantir um controle operacional do mar por meio de uma ação agressiva contra as frotas inimigas. Além disso, sempre descobrimos que, por mais estritamente nosso objetivo que seja defensivo, o meio mais eficaz de protegê-lo tem sido o contra-ataque ultramarino, seja para apoiar um aliado diretamente ou para privar nosso inimigo de suas possessões coloniais<sup>17</sup>.  
(Traduzido)

---

<sup>17</sup> For, under any circumstances, it is impossible for such a Power to establish its defense or fully develop its attack without securing an operational control of the sea through aggressive action against enemy fleets. Furthermore, we have always found

### 3.1 Lições à luz das Malvinas para a Estratégia Nacional de Defesa do Brasil

Nesse entendimento, sem esgotar todas as experiências que podem ser extraídas com a guerra das Malvinas, algumas questões fundamentais merecem destaque como: “as guerras têm o hábito de ocorrer em tempo e lugares diferentes daqueles imaginados nas avaliações formais e nos cenários vislumbrados pelos estrategistas”. (FREEDMAN, 2005b, *apud*, COELHO, 2019, p.91)

Entretanto, conforme destaca Almeida e Vidigal (2009, p.496 e 497), uma adequada Estratégia Nacional de Defesa deve ser bastante trabalhada e estudada antes de ser colocada em vigor. Faz-se notório refletir que o Livro Branco de Defesa de 1966 e de 1981 do Reino Unido tendo a frente os Ministros Denis Healy e John Nott, estava levando a armada britânica a um papel coadjuvante devido às questões de ordem econômica que o país passava. Foram esses momentos de prováveis mudanças do RU sem se ter uma definição contundente de sua END que levou Galtieri e a sua junta militar a acreditarem que essa seria uma oportunidade para o desencadear da Operação Rosário. Observa-se, ainda, outras sensíveis intenções dos britânicos- “Somado às declarações oficiais do governo britânico, a imprensa inglesa especulava ainda que havia planos para extinguir os Reais Fuzileiros Navais (*Royal Marines*)” (ANDERSON, 2002, p.19; FREEDMAN, 2005b, *apud*, COELHO, 2019, p. 80).

Coelho (2019 p.144) faz uma análise na qual se pode destacar o Brasil e o seu relacionamento com os seus vizinhos. Ele traz ao debate a visão de alguns importantes oficiais da Marinha do Brasil (MB), como os Ministros da Marinha Henning, Fonseca e Flores que vivenciaram uma época de grandes lições para o país em meio a tantas questões políticas e sociais que o mundo passava na década de 80, uma vez que presenciaram a vizinha Argentina em meio a uma disputa territorial, levando-os a refletirem, significativamente, sobre o assunto.

Ele elucida, ainda, a questão da anarquia internacional no âmbito das relações entre Estados e prossegue em sua pesquisa elencando elementos que impulsionem o Brasil no que tange à construção de uma sólida política de Defesa, principalmente, após a Guerra das Malvinas e seus ensinamentos.

No mundo de interesses competitivos em que o direito internacional não dispõe de apoio em uma autoridade comum coercitiva, o exercício do Poder Nacional pelos Estados, em proveito de seus interesses, é um ato de rotina em que as preocupações éticas não costumam gozar de precedência, sobretudo quando estão em jogo interesses considerados vitais. A lei ideal (que não responde ao poder nem é por ele amparada)

---

that, however strictly our aim may be defensive, the most effective means of securing it has been by overseas counter-attack, whether to support an ally directly or to deprive our enemy of his colonial possessions. (CORBETT, 2004, p.33)

e o próprio poder são aspectos conflitantes da sociedade internacional. Assim, é improvável que, no horizonte histórico previsível, possa haver uma suave harmonização de uma e outra num produto final de elevado conteúdo ético, válido para quaisquer circunstâncias. (FLORES, 1985, p. 27, *apud*, COELHO, 2019, p.146)

Nesse caminho, é notório observar, sob a perspectiva do professor Eurico de Lima Figueiredo,<sup>18</sup> a necessidade de uma maior integração da sociedade brasileira no que diz respeito aos Estudos Estratégicos como área de conhecimento científico. E cita o VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos (ENEE), ocorrido em 2007, em Brasília: destacou que, dos diversos temas, apenas um estava relacionado ao assunto estratégia – “as Forças Armadas de que o Brasil irá necessitar”. Figueiredo (2015, p.9) destaca, sobremaneira, que o país nos últimos anos tem buscado produzir e desenvolver essa área de conhecimento, tendo como precursor o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. Ademais, outras Instituições e, até mesmo, organizações militares, aderiram a linhas de pesquisa com foco na produção de conhecimentos que auxiliem em uma melhor compreensão de Defesa. Essa integração de conhecimentos por parte da sociedade brasileira se faz necessária aos interesses Nacionais conforme a seguinte exposição:

[...] as questões que dizem respeito à política de defesa nacional não podem prescindir, por conseguinte, do conhecimento e do debate no seio da sociedade, essencialmente na busca incessante da construção de um consenso a respeito das estratégias de proteção do país e de seu povo, considerado um só, além da faixa de terra e de um Estado organizado, mas fundamentalmente formado por pessoas – sejam elas quais forem – e seus conflitos de interesses (AMORIM, 2007, p. 104-116, *apud*, FIGUEIREDO, 2015 p.12).

Dessa maneira, o país tem obtido mais solidez no que diz respeito às suas Políticas de Defesa através dos esforços de especialistas que auxiliaram o Governo Federal na formulação do Decreto Nº 6.703, de 18 de Dezembro de 2008. Destaca-se: Art. 1º- “*Fica aprovada a Estratégia Nacional de Defesa*”<sup>19</sup>. É fundamental elucidar que o texto introdutório apresenta uma abordagem com significativo simbolismo Nacional, uma vez que apresenta uma perspectiva de um novo momento para as questões do debate aos assuntos de defesa. O presente decreto é assertivo, pois traz como base a ideia de que o povo brasileiro precisa estar envolvido nos debates acerca da END, uma vez que neste mundo de incertezas o Brasil precisará estar preparado para defender-se de quaisquer agressões ou ameaças, uma vez que o País almeja cada vez mais seu lugar de destaque no cenário mundial.

<sup>18</sup> Eurico de Lima Figueiredo. Doutor por Notório Saber (UFF) e professor de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais (UFF).

<sup>19</sup> Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm) >

O governo brasileiro ao compreender que o País tem ganhado cada vez mais destaque no âmbito internacional, lançou a primeira versão do Livro Branco de Defesa Nacional<sup>20</sup> o que somado à criação do Ministério da Defesa e o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas<sup>21</sup>, representam para a sociedade grande crescimento nos assuntos da Política de Defesa que podem ser apreciados por todos os brasileiros. Entrementes, cabe mencionar- “A História registra numerosos casos de conflitos resultantes de falhas de comunicação e equívocos de percepção acerca das intenções alheias.” (LBDN, 2012b, p.11 e 12)

Ainda segundo o LBDN (2012b, p.13), o Ministro da Defesa Celso Amorim destacava que “Desde o advento da Estratégia Nacional de Defesa as políticas públicas que lhe dizem respeito devem ser definidas de forma concertada. Ao incorporar em sua essência a ideia de que as decisões de paz e guerra não estão destacadas da soberania popular [...]”

Após esses apontamentos fundamentais, orienta-se para uma projeção Estratégica do Brasil no Atlântico Sul, a ser mais bem compreendida por Eduardo Italo Pesce<sup>22</sup> (RMB, 2012, p.86). De acordo com suas análises, pode-se inferir que a região, durante o século XX, era pensada como uma área pacífica, excetuando-se alguns episódios mais fervorosos como a questão Malvinas. Assim, o professor acredita que é bastante provável que essa calma dos mares do sul está próxima do seu fim.

Nesse contexto observa-se que, de acordo com o LBDN (2012b, p.15-19), o Brasil é possuidor da maior costa Atlântica do mundo com cerca de 4,5 milhões de Km<sup>2</sup> de águas marítimas<sup>23</sup>. A saber, de caráter estratégico, econômico e político, sobre nossa jurisdição, encontram-se as reservas de pré-sal brasileiro e as biodiversidades de recursos minerais. Ademais, pode-se destacar o Aquífero Guarani e Alter do Chão (Amazônico) que são considerados como uma das maiores reservas de água doce do planeta, as quais somadas ultrapassam a ordem dos 120 km<sup>3</sup> em volume.

Cabe destacar que a edição da Revista Marítima Brasileira (RMB) referente ao 2º trimestre de 2023, trouxe como destaque um artigo que evidencia alguns pontos a serem mencionados acerca da Elevação do Rio Grande (ERG). Nesse sentido, Juarez Cerqueira

<sup>20</sup> A Lei Complementar 97/1999, modificada pela Lei Complementar 136/2010, estabeleceu, em seu Artigo 9o, parágrafo. 3o, a obrigatoriedade de o Poder Executivo apresentar ao Congresso Nacional, na primeira metade da sessão legislativa ordinária de 2012, a primeira versão do Livro Branco de Defesa Nacional. (LBDN, 2012b, p.12)

<sup>21</sup> O EMCFA elabora os Planos Estratégicos de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PECFA) e coordena o adestramento e o emprego conjunto das Forças Armadas. Isso significa a possibilidade de dispor de forças militares capazes de atuar de forma conjunta, com flexibilidade, versatilidade e mobilidade (LBDN, 2012b, p.156 e 157)

<sup>22</sup> Pós-graduado em Relações Internacionais, professor do Centro de Produção da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Cepuerj), pesquisador associado do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (Nest/UFF), colaborador permanente do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Escola de Guerra Naval (Cepe/EGN).

<sup>23</sup> É composta por águas interiores e pelos espaços marítimos, nos quais o Brasil exerce, em algum grau, jurisdição sobre atividades atinentes a esse meio de uma maneira geral em controle e fiscalização tanto internacional como nacional.

Ferreira<sup>24</sup> menciona que o País tem apresentado junto a ONU argumentos para se estabelecer uma Plataforma Continental Estendida (PCE). Cabe mencionar, também, que, em 1987, foi criado o Levantamento da Plataforma Continental (Leplac), o qual, por meio de investigações de elementos especializados, realizam pesquisas em busca de semelhanças dos materiais encontrados na PCE com os existentes nas áreas do litoral brasileiro, a fim de validar seu pleito junto aos órgãos internacionais. Destarte, segundo o autor: “O Brasil tem a expectativa de reconhecimento internacional da soberania sobre a ERG”.

Observa-se, ainda, na referida publicação, o viés da estratégia que tem sido planejada, a fim de se preservar e manter a soberania sobre esse notável patrimônio com elevado potencial econômico, mineral e energético. Conforme versa Armando da Silva Costa Neto<sup>25</sup>, a grandeza desse espaço dista da costa do Rio Grande (RS), aproximadamente, 1.200 km em uma área de cerca de um milhão de km<sup>2</sup>. Nesse sentido, a Marinha do Brasil atenta a sua missão constitucional quanto ao preparo e emprego do Poder Naval, além de outras tarefas subsidiárias aos aspectos pertinentes ao Poder Marítimo, tem se preocupado sobremaneira com a questão abordada que já considera a ERG no Planejamento Estratégico da Marinha 2040 (PEM) como área a defender.

É factível nesse viés, desenvolver uma forte mentalidade pautada em uma balanceada Estratégia Nacional de Defesa. Por conseguinte, cabe mencionar que dentre as características da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, há um entendimento de que as ilhas rochosas que não são habitadas e se encontram sem atividades de ordem econômica, não se caracterizariam como Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental. Em um ponto de grande valor estratégico para o Brasil, pode-se encontrar o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, o qual é considerado como local mais avançado do País no Oceano Atlântico Norte e, desta maneira, propicia um excelente local de cunho estratégico ao estar a uma distância de apenas 610 km de Fernando de Noronha e 1.010 km de Natal. Assim sendo, para exercer tal direito sobre o território, foi construída naquela ilha uma Estação Científica fomentando a presença de brasileiros na região e garantindo para a nação aproximadamente 450 km<sup>2</sup> de Zona Econômica Exclusiva. (BAKKER, 2014, p.18).

Quanto ao ambiente estratégico no século XXI, observa-se por meio do LBDN (2012b, p.30), que o Brasil é partidário do diálogo, cooperação e respeito ao direito internacional com ampla vocação para abertas negociações, entretanto são diversos os cenários futuros com suas incertezas que não permitem que haja falta de planejamento de Defesa. As instruções estão

---

<sup>24</sup> Oficial hidrógrafo, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM) e acessor militar no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

<sup>25</sup> Chefe do Departamento de Recrutamento e Reserva Naval do Comando do 1º Distrito Naval-RJ.

descritas no respectivo documento citado e podem ser assim descritas- “O País vem se preparando para essas realidades desde a reformulação da Política de Defesa Nacional, em 2005, e do lançamento da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, ambas revistas em 2012.”

Fruto desse trabalho assertivo da integração entre as Instituições Federais e a sociedade brasileira, nos dias 19 e 20 de junho de 2023, ocorreu o Simpósio de Defesa e Segurança Internacional no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC). O diálogo proporcionou uma oportunidade de importantes trocas de conhecimentos com palestras dirigidas por Autoridades Navais, pelo Embaixador Rubens Barbosa e professores do King’s College London (KCL). Contou, ainda, com o público acadêmico da UFRJ, UFF, PUC-Rio e Estácio de Sá. Na oportunidade, participaram desse processo de interação entre as instituições e palestrantes mencionados, quanto aos assuntos acerca de Defesa Nacional.

Ao concluir essa abordagem sobre as lições à luz das Malvinas para a Estratégia Nacional de Defesa do Brasil, cabe mencionar a importância da realização do referido Simpósio pelo Corpo de Fuzileiros Navais que tem cada vez mais aprimorado a capacitação profissional de seus militares por meio de uma maior interação com o mundo acadêmico e, também, com o seu compromisso com o povo brasileiro. Destacam-se, ainda, na ocasião, as palavras do Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais- Almirante de Esquadra (FN) Carlos Chagas Vianna Braga: “o mundo está em constante transformação e, nesse contexto, grande parte das instituições tem dificuldade de se planejar olhando para frente<sup>26</sup> [...]”

### **3.2 A importância de meios qualificados para garantir a dissuasão territorial e marítima**

Passemos a compreender a necessidade de meios qualificados que ofereçam condições de dissuasão. Corbett (2004, p.40) apresenta uma perspectiva que tende a ser preocupante quando se está em um estado de defesa. Ele chama a atenção para o cuidado de não se deixar acostumar com essa situação que tende a ser confortável e destaca que é necessário estar pronto para ações de ataque e manter um espírito ofensivo permanente. Por conseguinte, o Brasil precisa estar na vanguarda para a manutenção dos seus interesses e “as FA devem ser desenvolvidas e preparadas sempre se tendo em mente o combate. Na verdade, sua eficiência como arma política depende, essencialmente, de sua credibilidade como instrumento para a guerra”(VIDIGAL, 1980b, pp. 70-72 COELHO, 2019, p. 148).

Nesse contexto é importante ressaltar que, no dia cinco de maio de 2023, na área de Elevação do Rio Grande, um navio de bandeira alemã, que alegou estar realizando pesquisas no subsolo marinho, foi abordado pela Fragata Independência. Ao analisar esse fato ocorrido,

<sup>26</sup> Por Primeiro-Tenente (RM2-T) Thaís Cerqueira - Rio de Janeiro. <<https://www.marinha.mil.br/ciasc/ciasc/node/341>>

destacamos o entendimento do comandante do navio, Capitão de Fragata Ademar Augusto Simões Junior.

“A ação da Fragata “Independência” é importante para a manutenção da soberania brasileira e proteção das riquezas nacionais, na Amazônia Azul. A atuação ainda demonstra a aplicação de características básicas do Poder Naval, como mobilidade e permanência, as quais, diante de seu pleno exercício, foram fundamentais para dissuasão das intenções de uma outra nação sem a devida autorização do governo brasileiro.”<sup>27</sup>

*Figura 6- Independência em patrulhamento na Amazônia Azul*



Imagem: ( Navio da MB e navio de bandeira alemã ao fundo; Agência Marinha de Notícias.)

O que se pretende demonstrar com o fato ocorrido que envolveu a Fragata da MB é, justamente, o que se tem apresentado como fator estratégico para o país. A imensa área marítima brasileira com os seus diversos recursos – patrimônio do povo brasileiro – poderá ser objeto de desejo por parte de agentes externos devido ao imenso valor dos bens naturais existentes na

<sup>27</sup> Agência Marinha de Notícias; Patrulha naval: a presença da Marinha nas Águas Jurisdicionais Brasileiras; Marinha do Brasil, <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/>

Amazônia Azul e Verde.

Ao analisar alguns programas essenciais para o progresso de modernização das FA, segundo o PEM (2040, p. 16) cabe mencionar que o Poder Marítimo tem como autoridade marítima o Comandante da Marinha. Para tanto, destacaremos alguns elementos que compõem essa base estratégica como: o Poder Naval, a Indústria Naval e a Marinha Mercante. Em relação à Marinha Mercante<sup>28</sup> cabe mencionar que é um meio de grande valor estratégico para o país, uma vez que como pode ser estudado, o RU utilizou uma grande parcela desses meios como apoio logístico para o seu deslocamento para as Malvinas. O Brasil, atualmente, no que diz respeito aos navios transportadores a granel, carga geral, dentre outros, possui um total de 864 meios navais registrados. A título de comparação, os EUA possuem cerca de 3.673 unidades, enquanto que a China tem cerca de 5.549 navios registrados.<sup>28</sup>

É notório observar, após esses apontamentos, alguns importantes projetos, especificamente, elencados pela MB atinentes aos interesses nacionais, a fim de prover ao país uma Força Naval condizente com os seus interesses. O PEM (2040) apresenta programas que buscam desde o aperfeiçoamento de pessoal até o desenvolvimento de equipamentos de última geração. Alguns desses seguimentos como- o Programa Nuclear da Marinha (PNM) e a construção do Núcleo de Poder Naval são bastante relevantes, uma vez que tendem a gerar oportunidades de empregos e ganhos em tecnologia. Cita-se o PEM (2040, p. 85)

O Programa de Construção do Núcleo do Poder Naval é de caráter estratégico e inclui subprogramas e projetos relacionados à obtenção de meios, como o Programa de Submarinos (PROSUB), o Programa de Obtenção das Fragatas Classe Tamandaré (PCT), o Programa de Obtenção de Meios Hidroceanográficos (PROHIDRO) e os subprogramas relacionados à manutenção e consolidação do poder de combate do CFN, como o PROADSUMUS, visando a aumentar a capacidade operacional da MB para o atendimento de sua missão constitucional.

A perspectiva apresentada pela visão de futuro da MB é fundamentada pela defesa da Amazônia Azul e da Amazônia Verde sendo requisito básico a modernização dos meios Navais, de Superfície, Aeronavais e de Fuzileiros Navais (PEM, 2040, p.47). Para pensar no amanhã, segundo a END (2012, p.35 e 36), a Marinha do Brasil deverá negar o uso do mar a qualquer ato hostil que ponha em risco a soberania e, por conseguinte, a projeção de poder deve ser o objetivo principal. Desta forma, é fundamental a construção de meios modernos que dotem de capacidades mínimas de operacionalidade e, assim, possibilitem esse controle marítimo nas importantes faixas marítimas brasileiras.

---

<sup>28</sup> Número de navios da marinha mercante por país - Mapa Comparativo entre Países - Mundo (indexmundi.com) <acessado em 18/08/23>

Ainda de acordo com a END (2012, p.37) cabe mencionar a seguinte afirmação:

Para assegurar sua capacidade de projeção de poder, a Marinha possuirá, ainda, meios de Fuzileiros Navais, em permanente condição de pronto emprego. A existência de tais meios é também essencial para a defesa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras, para atuar em operações internacionais de paz e em operações humanitárias, em qualquer lugar do mundo. Nas vias fluviais, serão fundamentais para assegurar o controle das margens durante as operações ribeirinhas. O Corpo de Fuzileiros Navais consolidar-se-á como a força de caráter expedicionário por excelência.

Acerca das lições que se têm buscado analisar sobre a guerra das Malvinas e, prosseguir, desta forma, na compreensão do papel que o Brasil tem procurado exercer para se manter na vanguarda de seus interesses, percebe-se na análise de Coelho (2012, p.114) que foi, principalmente, a falta de tecnologia e de meios adequados que contribuíram para o destino final do conflito “[...] pode-se inferir que esse efeito dissuasório seria em muito ampliado se, além das aeronaves aqui propostas, o país dispusesse também de uma efetiva força de submarinos – nucleares e convencionais –, que seriam capazes de contribuir para manter afastados os NAE e os escoltas de grande porte do adversário [...].”

Durante o caminho percebeu-se que a necessidade de meios com elevado nível de tecnologia foi decisiva para a vitória do RU contra a Argentina e, nesse caminho, o Brasil tem realizado grandes avanços desde a implementação da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, e do Livro Branco de Defesa (2010, p.70). A prioridade, desde então, é colocar o país em um nível de ordenamento científico e tecnológico de acordo com a Diretriz Ministerial do MD nº 14/2009.

Cabe mencionar que, de acordo com o instituto SIPRI, os investimentos de natureza militar têm crescido significativamente. Entre os anos 2013 e 2022 os gastos no mundo aumentaram na ordem de 19% e, devido à guerra entre a Rússia e a Ucrânia, a Europa chegou a elevar seus gastos em 13% no último ano. Entrementes, o que chama atenção é justamente a situação do Brasil no que diz respeito aos investimentos em Defesa. Conforme os dados que podemos observar apresentados pelo SIPRI, o país ainda continua investindo cerca de 1% a 2% do PIB em suas FA, o que inviabiliza a conclusão dos diversos projetos apresentados anteriormente.

Segundo Pesce (2014, p.47), o Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (Paed), que surge após a END, tinha como objetivo atender as três FA do país com cerca de R\$ 557,73 bilhões em investimentos até 2031. O professor cita ainda uma questão fundamental no que diz respeito ao orçamento anual, uma vez que é destinado em sua maioria para o pagamento de seus

militares e servidores. Tal questão acaba por sacrificar outros importantes setores como desenvolvimento tecnológico e os adestramentos militares. Em sua análise o autor relata que “o nível de investimentos em defesa, no Brasil, tem estado muito abaixo do que seria aceitável conforme demonstra o quadro demonstrativo abaixo”.

Figura 7- Gastos no Mundo com Investimentos em Desenvolvimento Militar

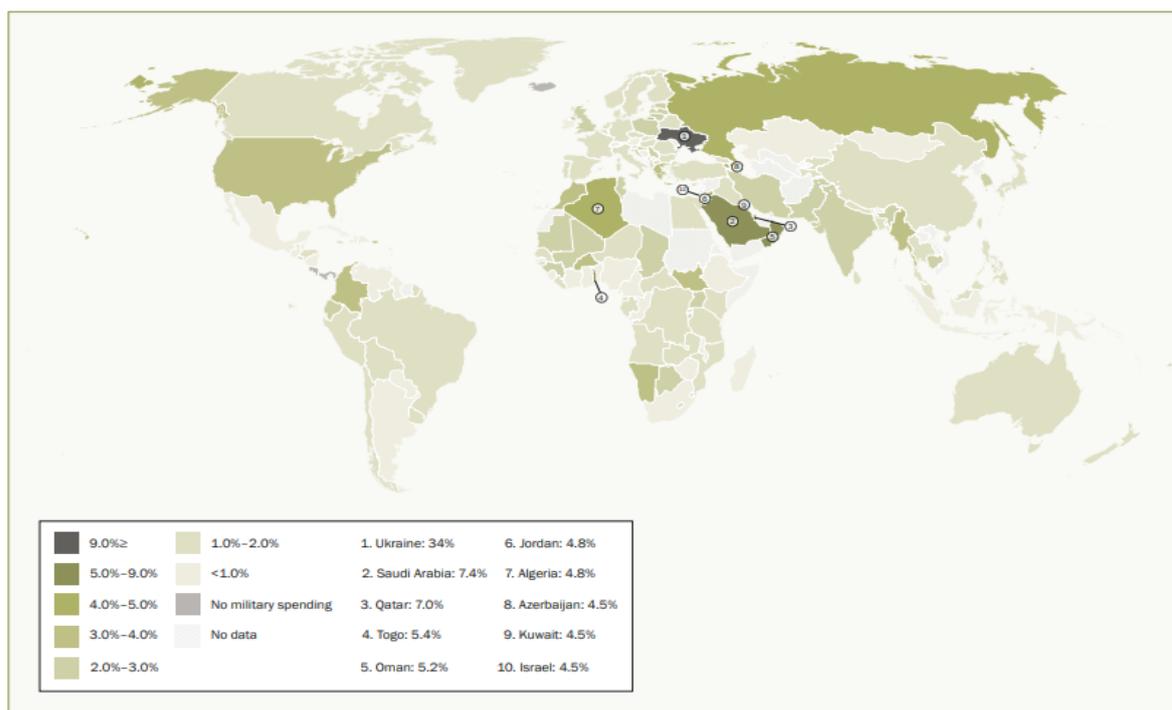


Imagem: (<Acessado em> Trends in World Military Expenditure, 2022, sipri.org)

Segundo Corbett (2004, p.36), uma lição fundamental sobre a qual podemos aplicar à luz dos ensinamentos da guerra das Malvinas é compreender como melhor utilizar da defensiva como um fator de vantagem. O fato de não estarmos em guerra não significa que devemos ficar inertes em nossas ações nem tampouco estagnados no tempo.

Desta forma, diante dos pontos elencados, pode-se perceber grandes avanços a nível estratégico ao buscar, sobremaneira, a integração entre as instituições governamentais e acadêmicas em consonância com a sociedade. Ademais, essa percepção tem sido fundamental para a continuação de um assertivo caminho iniciado em 2008 com a END. Entretanto, conforme os dados citados, o País carece de mais investimentos nos setores estratégicos para dar prosseguimento aos seus projetos de modernização de pessoal e meios a fim de empreender dissuasão na garantia da soberania do seu território.

### 3.3 O Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil e sua identidade com as Operações Anfíbias

É fulcral após os ensinamentos à luz das Malvinas, sem, contudo, esgotar os assuntos sobre o tema, perceber que as Operações Rosário e Corporate corroboraram para a manutenção do desenvolvimento do emprego de Operações Anfíbias (OpAnf) no amplo espectro militar brasileiro.

O Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, em sua perspectiva de visão de futuro, tem como farol três eixos estruturantes: Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, Guerra de Manobra e, também, Operações Anfíbias- identidade e razão de ser do CFN. (O ANFÍBIO, nº28, 2010, p.34-35)

Nessa perspectiva, abordaremos alguns fatores que caminham de encontro com o requisito estratégico da PND na percepção de manter em sua base operacional a Força que vem do Mar cuja qual tem a premissa de atender as demandas do Poder Naval Brasileiro.<sup>29</sup>

Ao prosseguir nessa análise, segundo Coelho, pode-se extrair a cerca das lições das Malvinas, valores fundamentais sobre o estudo proposto.

Até o conflito das Falklands/Malvinas, pouco se havia estudado sobre o complexo cenário de emprego de uma Força Naval operando com aeronaves– de asa fixa e rotativa–, próxima de terra, com a realização de Operações Anfíbias (OpAnf), contando com navios dotados de MSA e com o apoio de baterias de MSA em terra, sob ataque aéreo do inimigo. Após o conflito de 1982, tais operações passaram a ser detalhadamente analisadas por diversas forças militares e suas escolas de guerra, em todo o mundo. [...] Ainda sobre as OpAnf, cabe notar que um fator essencial para a execução da campanha foi a disponibilidade dos dois Navio de Desembarque-Doca britânicos, HMS *Fearless* e *Intrepid*, sem os quais a *Royal Navy* não teria tido condição de projetar poder sobre terra da forma como foi feito.(ARCRE, 2013; FRIEDMAN, 1984, pp. 31-32; FRIEDMAN, 2015, *apud*, COELHO, 2019, pp. 113 e 118).

Entrementes, conforme retratado na revista da Força de Fuzileiros da Esquadra<sup>30</sup>, edição única, em comemoração aos 60 anos da Força- 2017, alguns apontamentos dessa publicação têm contribuído para um melhor entendimento do assunto. Em primeiro lugar, é fundamental apresentar que a essência do empreendimento das OpAnf no CFN, teve como respaldo o sucesso das ações ocorridas na Normandia com aquele desembarque anfíbio. Sendo assim, utilizou-se desse parâmetro para dar início a essas atividades na MB com base na doutrina Norte-Americana. O artigo ainda destaca que seriam necessários meios navais adequados para fomentar o progresso da Força que vem do Mar, questão essa que tem perpetuado no cerne do

<sup>29</sup> <acessado em: 29/08/23> <https://www.marinha.mil.br/comffe/node/5>

<sup>30</sup> <acessado em: 29/08/23> Revista da FFE (calameo.com)

desenvolvimento de uma adequada instituição moderna e balanceada para cumprir suas tarefas constitucionais.

Em consonância, foi preciso dar o primeiro passo mesmo com as limitações existenciais. Desta forma, em 1948, na Ilha da Pombeba, localizada em Sepetiba, no Rio de Janeiro, ocorreu a primeira Operação Anfíbia brasileira, que mesmo com suas dificuldades logísticas e operacionais, contou com militares oriundos do Quartel Central. Tal atividade logrou consideráveis êxitos por meio do profissionalismo daqueles Fuzileiros Navais que, desde então, perceberam que essa seria a identidade perene do CFN. (Revista FFE, 2017, p.5).

Nesse sentido, os recursos que a Marinha do Brasil, à época, destinava ao desenvolvimento de Operações Anfíbias eram bastante modestos. Entretanto, foram adquiridos por meio do programa de assistência Militar com os EUA, na década de 50, meios navais estratégicos para o avanço da modernização desse tipo de atividade. Os navios Custódio de Mello, Ary Parreiras e as embarcações de desembarque de pessoal, viaturas e material (EDVP e EDVM) foram incorporados a Força Naval que, dentre diversos exercícios militares que desencadeou desde então. Cabe ressaltar a Operação Abelha- considerada a primeira embarcada em navio de transporte de tropa- e, sobremaneira, a Operação Dragão cuja qual combinou meios Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais em uma complexa Operação realizada no início do ano de 1964 no litoral do Espírito Santo. (Revista FFE, 2017, p.6).

Segundo o CAIte (FN) Jorge Nerie Vellame, constatou-se que o CFN, ao dar significantes passos, sobretudo, a partir do início das Operações conhecidas como Dragão, caminhava no sentido oposto da política que o RU apresentava na mesma década.

Em 1966, foi a vez do Ministro da Defesa da Grã-Bretanha anunciar que seu país jamais realizaria um desembarque anfíbio em um litoral inimigo defendido ou no próprio território. Passados dezesseis anos os britânicos decidiram desembarcar nas Ilhas Malvinas (ROCHA, 1985, p. 30). Neste conflito, foram realizadas com sucesso cinco operações anfíbias. Duas pelos argentinos e três pelos ingleses. Estas operações, independentemente do vulto e dos meios empregados em cada uma delas, demonstraram que a doutrina anfíbia desenvolvida ainda permanecia válida. (VELLAME, 2014, p. 13-14)

Conforme citado, para a realização dessa complexa manobra são necessários meios qualificados. Nesse sentido, Vellame (2014, p.17) retrata um marco determinante que foi a aquisição de doze CLAnf, nos anos 80, viaturas com características anfíbias para projetar Poder do Mar para terra, conduzindo cerca de vinte e dois militares, além de sua guarnição. Esses meios são capazes, inclusive, de empreender poder de choque ao inimigo por conferir mobilidade e proteção blindada a tropa embarcada. O autor também menciona- “Para entendermos a importância da operação anfíbia, destaco que o USMC realizou 104 operações

anfíbias entre 1990 e 2009, incluindo a modalidade de projeção anfíbia [...]” (VELLAME, 2014, p.20)

Ademais, segundo a revista da Força de Fuzileiros da Esquadra, edição única, em comemoração aos 60 anos da Força- (2017, p.23), o ano de 2016 foi marcado pela volta dos exercícios militares- nível Dragão- após um período de restrições orçamentárias. Sua complexidade, por empregar variados meios de combate, possibilita executar esse exercício militar em todas as suas fases sendo, portanto, considerado o ápice da preparação operativa.

Ao caminharmos, é notório ressaltar o propósito do PROADSUMUS. De acordo com a NOTANF<sup>31</sup> (2020, p.6), esse subprograma, oriundo do CFN, foi pautado na END e na PND com o foco na manutenção do pronto emprego dessa Força. O Comandante-Geral do CFN, Almirante de Esquadra (FN) Paulo Martino Zuccaro, na ocasião, mencionava que o sucesso desse projeto se daria pela aquisição de variados meios de combate consolidados no campo operacional por outras FA. Pode-se inferir, nesse sentido, que as autoridades Políticas e Militares têm buscado as melhores soluções para elevar cada vez mais o nível operacional da defesa nacional.

"Até 2030, o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), parcela intrínseca, portanto, indissociável do Poder Naval, consolidar-se-á como a força estratégica por excelência, de caráter expedicionário, de pronto emprego e de projeção de poder. Como integrante do componente anfíbio da Marinha do Brasil, conferirá prontidão operativa e apacidade expedicionária ao Poder Naval ampliando suas possibilidades para atuar, tempestiva e eficazmente, em qualquer região que configure um cenário estratégico de interesse. O CFN será imprescindível para a proteção da Amazônia Azul, pois contribuirá para conferir credibilidade à presença do Poder Naval no Atlântico Sul, seus contornos e ilhas oceânicas." (O ANFÍBIO, nº28, 2010, p.31)

Cabe destacar, no mês de junho de 2023, a publicação do Jornal o Globo<sup>32</sup> trouxe como destaque a concretização de mais um avanço do PROADSUMUS:

“A Marinha do Brasil entregou, nesta quarta-feira, 24 novos veículos blindados que passam a incorporar a frota do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), a única tropa composta exclusivamente por militares profissionais. Os modelos apresentados são o Joint Light Tactical Vehicle (JLTV), o UNIMOG U5000 e a L200 Triton militarizada.”

É fundamental a análise da matéria citada, pois traz um entendimento de que o progresso do CFN tem refletido para a sociedade brasileira com esperança e orgulho de poder contar com uma tropa profissional. Esse meio de comunicação, ao divulgar essas conquistas, tende a

<sup>31</sup> Notícias e Eventos do Corpo de Fuzileiros Navais (NOTANF); JUL-AGO-SET, 2020.<acessado em 30/08/23> NOTANF interativo\_0.pdf (marinha.mil.br)

<sup>32</sup> <acessado em: 30/08/23> Marinha entrega novos blindados para uso em operações militares (globo.com)

perpetuar esse assertivo caminho da manutenção, não apenas das OpAnf, mas de todas as determinações que forem impostas, promovendo uma maior visibilidade da instituição.

Ao compreendermos, portanto, as vantagens de poder contar com as Operações Anfíbias- identidade do CFN verificou-se à luz dos ensinamentos durante a pesquisa em curso, questões de fundamentais esclarecimentos para o seu emprego contínuo, a partir da premissa de poder, em primeiro lugar, ter a capacidade de dissuasão. Desta maneira, o entendimento final desse eixo estruturante, de acordo com a visão da MB, descreve-se da seguinte forma:

A Operação Anfíbia (OpAnf) é uma operação na val lançada do mar, por uma Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), sobre região litorânea hostil, potencialmente hostil ou mesmo permissiva, com o propósito principal de introduzir uma Força de Desembarque (ForDbq) em terra para cumprir missões designadas. Esta operação comporta geralmente as modalidades: assalto anfíbio, demonstração anfíbia, incursão anfíbia, projeção anfíbia e retirada anfíbia.<sup>33</sup>

Segundo Vellame (2014, p.55), pode-se inferir que qualquer problemática que afete a soberania nacional na Amazônia Azul ou na Amazônia Verde, a MB e o CFN devem estar preparados para uma pronta resposta. As perspectivas das ações a serem tomadas partem do emprego de uma operação anfíbia em quaisquer regiões do país. Cabe destacar, sobretudo, o arquipélago de São Pedro e São Paulo, as ilhas de Fernando de Noronha, Trindade e a Elevação do Rio Grande (ERG).

Fomenta-se, por conseguinte, segundo Paulo Sergio C.B. Tinoco Guimarães (2015, p.41-42);

“Uma Marinha como a do Brasil não pode abdicar de possuir meios capazes de se sustentar um longo período de operação na Amazônia Azul<sup>58</sup>, bem como deve ser capaz de projetar poder naval sobre terra, principalmente quando consideramos o entorno estratégico definido na END<sup>59</sup>. Para tanto, deve planejar as capacidades de sua força, para bem investir os recursos destinados a equipar o seu poder naval para cumprir estas tarefas.”

Ainda, de acordo com o entendimento de Neto (2006, p.38), cita-se:

“A repercussão para a doutrina das Operações Anfíbias da Marinha do Brasil é, inicialmente, o investimento no aperfeiçoamento dos militares, caracterizado por cursos e adestramentos rígidos, com ênfase em operações especiais e liderança, com vistas às ações militares descentralizadas. Há necessidade de investimentos em pesquisa e desenvolvimento de munições inteligentes, tanto do fogo navale do fogo aéreo, quanto dos mísseis em poder da tropa e investimento em meios adicionais de reconhecimento e detecção, como veículos aéreos não tripulados (VANT) e equipamentos de monitoragem e interferência do espectro eletromagnético.”

<sup>33</sup> <acessado em 30/08/23> [Operações Anfíbias |ComFFE \(marinha.mil.br\)](http://Operações%20Anf%C3%ADbias%20|ComFFE%20(marinha.mil.br))

Ao caminharmos para a conclusão deste capítulo que trouxe ao debate a identidade do CFN, os desafios da manutenção contínua de uma força e de suas perspectivas, é notório descrever a recente entrevista do Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais ao programa R7 Fala Comigo.

Figura 8- Entrevista do Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais ao programa R7 Fala Comigo <sup>34</sup>



Imagem: (Almirante de Esquadra (FN) Carlos Chagas Vianna Braga)

Segundo o Comandante Geral, desde o seu surgimento em 07 de março de 1808, o CFN tem sido uma tropa vocacionada para Operações Anfíbias e, atualmente, é composta por profissionais concursados. Trouxe ao debate, também, uma análise da importância de termos uma Marinha forte que conta com os seus Fuzileiros Navais sempre em pronto emprego, a fim de garantir a defesa das riquezas da nossa Amazônia Azul. Como palavras finais deixou uma mensagem para a sociedade brasileira: “Podem sempre contar com os FN.”

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa não teve como pretensão esgotar o assunto sobre as lições que se podem extrair dos ensinamentos à luz da Guerra das Malvinas. Entrementes, foi determinante para o início deste estudo, realizar uma breve análise dos fatos que levaram ao desencadeamento do

<sup>34</sup> <acessado em 30/08/23> R7 Fala Comigo: Almirante Carlos Chagas explica como é o trabalho dos fuzileiros na Amazônia Azul - Rio de Janeiro - R7 R7 Fala Comigo

conflito. Conforme recomendações de Mahan (1660-1783, p.3) estudar a história militar é fundamental para os líderes das FA e, percebeu-se nesse caminho, que esse caso específico, tem estado presente em vários bancos acadêmicos de instituições militares e civis.

Ainda, segundo Mahan, pode-se analisar que o controle dos mares é um fator decisivo e, por conseguinte, merece ser mais bem estudado pelos países, uma vez que, grande parte da economia mundial é escoada pelo modal marítimo e, além disso, grandes riquezas podem ser extraídas dessas áreas, o que tende a gerar cobiças externas de outros povos.

Especificamente, em relação à problemática das Malvinas, apresentamos a visão de ambos os países no que se refere às suas crenças e argumentos do pertencimento daquele arquipélago. A seguir, o trabalho buscou um maior aprofundamento nas Operações Anfíbias realizadas pela Argentina e, posteriormente, pelo Reino Unido. As percepções que foram observadas após os estudos, levaram-nos a uma análise crítica a partir da capacidade operativa de cada um dos contendores.

A importância de doutrinas atualizadas, meios qualificados, adestramentos, tropas profissionais e investimentos em tecnologia, são alguns dos pontos a serem destacados. O RU chegou a anunciar que não tinha mais pretensão em realizar Operações Anfíbias, seus FN estavam inclusive sob a pena de ficarem em segundo plano na política de defesa daquele país. Igualmente, possuidores de outros meios modernos de guerra, incluindo, suas capacidades nucleares, puderam responder, imediatamente, a Operação Rosário deslocando grande parcela de seus meios Navais, Aeronavais e de FN para a América do Sul por meio da Operação Corporate.

A Argentina, por sua vez, após o sucesso da Operação Anfíbia realizada, não conseguiu manter a defesa daquele território conquistado. As pesquisas realizadas trouxeram alguns pontos para reflexão, uma vez que esse país não possuía uma doutrina militar conjunta e, também, carecia de uma logística militar adequada para a consolidação da conquista das Malvinas. Outra questão complicadora foi a dependência de equipamentos e sobressalentes externos. Considera-se, ainda, o fato de ter mantido a maior parte de seus meios navais fora de combate pelo poder de dissuasão do submarino nuclear do RU, fator esse que nos leva a inferir sobre o ganho que a MB obterá com a conclusão do projeto do submarino movido a propulsão nuclear.

Observamos que esse episódio, ocorrido na década de 80, soou como um despertar para as autoridades brasileiras. Quando se percebeu que a vizinha Argentina havia se posto em guerra por disputas territoriais, assuntos do âmbito de Defesa voltaram a ser pauta na política brasileira. Posteriormente, foi formulado o Decreto Nº 6.703, de 18 de Dezembro de 2008 onde se destaca:

Art. 1º- “Fica aprovada a Estratégia Nacional de Defesa”, que tem possibilitado ao Brasil grandes avanços com o surgimento da PND e o lançamento da primeira versão do Livro Branco de Defesa Nacional.

Pode-se analisar, ainda, outro ponto determinante para a continuação dos programas de Defesa. Ao analisar a Amazônia Azul e a Amazônia Verde, compreendemos que o Brasil possui grandes riquezas a serem mantidas. Com cerca de 4,5 milhões de Km<sup>2</sup> de águas marítimas e uma das maiores reservas de água doce do planeta presentes em nosso território, percebe-se que existe muito trabalho a ser desenvolvido no que tange a garantia da Soberania do patrimônio brasileiro.

Nesse caminho, entende-se que a sociedade tem que estar presente nesse projeto. Cabe relembrar as palavras do Ministro da Defesa Celso Amorim (2007, p. 104-116, *apud*, FIGUEIREDO, 2015 p.12): “[...] as questões que dizem respeito à política de defesa nacional não podem prescindir, por conseguinte, do conhecimento e do debate no seio da sociedade, essencialmente na busca incessante da construção de um consenso a respeito das estratégias de proteção do país e de seu povo [...].”

Do mesmo modo, o Corpo de Fuzileiros Navais, em meio a distintos projetos e programas que procura inserir parcela da sociedade no meio Naval para divulgar o trabalho dos seus combatentes anfíbios, realizou o Simpósio de Defesa e Segurança Internacional contando com público acadêmico e autoridades militares e civis. Essa interação é de grande valia para o país, pois cria laços determinantes para o desenvolvimento e modernização das FA, sobretudo, com a participação do povo brasileiro que pode compreender ainda melhor esse processo.

Constatou-se, assim, que diante de todos os fatos elencados no que diz respeito aos interesses Nacionais, é imprescindível a manutenção da identidade do CFN- Operações Anfíbias, uma vez que esse eixo estruturante está diretamente ligado às necessidades do país em conseguir projetar poder do mar para terra e, conforme apresentado na pesquisa, principalmente, nas ilhas estratégicas. Diante dos fatos apresentados, a Força que vem do Mar deve permanecer em constante evolução.

Destarte, nossos gastos com Defesa, ainda são bastante modestos e, diante dos desafios do presente e do futuro, é fundamental a manutenção e conclusão dos diversos projetos no âmbito do desenvolvimento das FA. A capacidade de dissuasão pode ser observada quando o RU movimentou seus submarinos nucleares e, cabe ainda destacar a importância da conclusão do nosso meio que será movido a propulsão nuclear colocando, assim, a MB em outro nível de tecnologia e autonomia nos mares.

Desde 1948, quando ocorreu a primeira OpAnf, segundo dados da Revista FFE (2017,

p.5) até o presente ano de 2023, já se perfazem 75 anos que o CFN realiza as complexas Operações Anfíbias. O Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, em entrevista ao programa R7 Fala Comigo, no mês de junho deste ano, ressaltou que no presente ciclo de adestramento já haviam sido realizados seis exercícios militares dessa natureza. Percebe-se que essa tropa profissional brasileira busca manter-se constantemente preparada para responder a qualquer determinação imposta.

Portanto, viver com comprometimento tem sido o farol dos Fuzileiros Navais do passado, do presente e do futuro. Ademais, os valores da honra, competência, determinação e profissionalismo<sup>35</sup> dos combatentes anfíbios, são atributos indissociáveis e, nesse caminho, os ensinamentos à luz da Guerra das Malvinas, podem conduzir a sociedade brasileira a uma melhor percepção da necessidade de uma Política Nacional de Defesa cada vez mais ajustada, a fim de garantir os interesses do país e os anseios do povo diante da vasta imensidão do território brasileiro, das águas interiores e dos espaços marítimos pertencentes ao Brasil.

Figura 9: (Atlântico Sul e Amazônia Azul)



Imagem: (IBGE, *apud* LBDN, 2012b, p.17)

<sup>35</sup> <acessado em: 01/009/23> Valores | Comando-Geral do CFN (marinha.mil.br)

## REFERÊNCIAS

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. RIO-BRANCO, grande estratégia e o poder naval. – Rio de Janeiro : Editora FGV, 2015.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Os Gigantes da Estratégia Naval*. Curitiba: Editora Prismas, 2015. p. 201.

ALVES, Vágner Camilo; CAMPOS, Márcio Teixeira De. **A Guerra das Falklands/Malvinas e o Exército brasileiro** – Tensões Mundiais. v.8 n.14, 2012. p.257-278. <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/issue/view/66>

ARMADA, A. **Historia Marítima Argentina**. Primera edición. Ed. Buenos Aires: Servicio de Hidrografía Naval, v. Tomo 10 - Cap. XVIII, 1984.

BARBOSA JR, I. Oceanopolítica: Conceitos Fundamentais Amazônia Azul. In Amazônia Azul — Política, Estratégia e Direito para o Oceano do Brasil, Rio de Janeiro, Femar, 2012, p.210.

CARDOSO, Oscar R.; KIRSCHBAUM, R.; KOOY, E. van der. *Malvinas: la trama secreta*. Edição Definitiva. Buenos Aires: Sudamericana, 2012. <<https://archive.org/details/malvinas0000unse>> Acesso em: 09Mai. 2023.

CLAUSEWITZ, Carl Von, HOWARD, Michael, PARET, Peter. **Da Guerra**. Nova Jérsey: Princeton, 1984.

COGGIOLA, O. A outra guerra do fim do mundo As Malvinas e “Redemocratização” da América do Sul – p.169-246, Revista PPGCS UNESP Marília; v. 5n.2(2012) - <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2012.v5n2.2357>

CÁNEPA, Francisco P. “*Análisis del proceso MALVINAS*” (*perspectiva: historia, poder y política*). Documento de Investigación Número 24 Universidade del CEMA, Buenos Aires, 2003. Disponível em: < <https://ucema.edu.ar/~fpeca/textos/malvinas.pdf>> Acesso em: 02 maio 2023.

COELHO, Emilio Reis. **O Pensamento Naval nas páginas da Revista Marítima Brasileira (1970-1990): no contexto da Guerra Fria e à luz das Lições Aprendidas com a Guerra das Falklands/Malvinas**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

CORBETT, Julian Stafford. **Principles of Maritime Strategy**. Published by Dover, Mineola, New York, 2004, Republicação Integral integral de Some Principles of Maritime Strategy, publicado por Longmans, Green and Co., Londres e Nova York, 1911.

COUTINHO, Isadora Caminha. **Articulação entre política externa e política de defesa do Brasil: o Atlântico Sul como espaço estratégico**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-63 Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

DUARTE. Érico Esteves; MACHADO. Luís Rodrigo; **Uma Análise Crítica da Guerra das Malvinas/Falklands pela Teoria das Operações Marítimas em Guerras Limitadas de Corbett**. – Associação Brasileira de Estudos de Defesa Volume1, 1ª Edição - Novembro de

2018. Anais do 10º Encontro Nacional da Associação brasileira de Estudos de Defesa FFLCH/USP. São Paulo, 2018. ENABED. <https://www.enabed2018.abedef.org/site/anaiscomplementares>

DUARTE, Paulo de Queiroz. **Conflito das Malvinas**. Primeira Edição. Ed. Bibliotéca do Exército. Rio de Janeiro. V.1, 1986.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA – END. Brasília, DF, 2012a.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a **Política de Defesa Nacional**, dá outras providências. Brasília, D.F., 2005. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1 jul. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm)>.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 6.703 de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 dez. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm)>. Acesso em: 08 set. 2022.

EXÉRCITO ARGENTINO. Conflito Malvinas. Informe Oficial, Tomo I, Desarrollo de los Acontecimientos, 1983. <https://libgen.is/search.php?req=Ejercito+Argentino+-+Informe+Oficial+Ejercito+Argentino+Conflicto+Malvinas+Tomo+&open=0&res=25&view=simple&phrase=1&column=def>

EXÉRCITO ARGENTINO. Conflito Malvinas. Informe Oficial, Tomo II, Abreviaturas, Anexos y Fuentes Bibliográfica, 1983. <https://libgen.is/search.php?req=Ejercito+Argentino+-+Informe+Oficial+Ejercito+Argentino+Conflicto+Malvinas+Tomo+&open=0&res=25&view=simple&phrase=1&column=def>

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. **Estudos Estratégicos como Área de Conhecimento Científico** - Rev. Bra. Est. Def. v. 2, nº 2, jul./dez. 2015, p. 107-128 <https://br.search.yahoo.com/search?fr=mcafee&type=E210BR826G0&p=Rev.+Bra.+Est.+Def.+v.+2%2C+n%C2%BA+2%2C+jul.%2Fdez.+2015%2C+p.+107-128>

FLORES, Mário César. “*Malvinas: Uma Primeira Abordagem*”. Revista Marítima Brasileira, vol. 102, nº 4/6, abr/jun de 1982, p. 61.

FRANKS, Oliver. *Falkland Islands Review: Report of a Committee of Privy Counsellors*. Londres, 1983. Disponível em: <<https://www.margarethatcher.org/document/109481>> Acesso em: 27 jul. 2020.

GIBRAN, Daniel (1998). *The Falklands War: Britain Versus the Past in the South Atlantic*. Jefferson, North Carolina: McFarland & Company, Inc <https://openlibrary.org>, acessado em 30/04/23”.

GUIMARÃES, Paulo Sergio C.B. Tinoco; **A GUERRA IRREGULAR NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: seus reflexos para a Marinha do Brasil**. - Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas; Escola de Guerra Naval (EGN), 2015, RJ.

GUSTAFSON, Lowell S. *The Sovereignty Dispute Over the Falkland (Malvinas) Islands*. Oxford: Oxford University Press, 1988, 268 p.

GUTIÉRREZ, Lic. Silvina. Así se construyó Malvinas, El Diario de Emilio Vernet en Puerto de la Soledad (1828-1831 ) <<https://museomalvinas.cultura.gob.ar/asi-se-construyo-malvinas-el-diario-de-emilio-vernet-en-puerto-de-la-soledad-1828-1831/>> Acesso em: 11Mai. 2023

HAMPSHIRE, Edward. A Campanha Naval das Malvinas 1982: Guerra no Atlântico Sul, Editora: Osprey, 2021; 1ª Edição; p.87.

ISIDORO, J. Ruiz Moreno. Comandos en acción El Ejército en Malvinas;; Editorial Claridad S.A., 2011;

KELLY, Philip & CHILD, Jack. “*Geopolítica of the Southern Cone and Antarctica*, 1988 by Lynne Rienner Publishers.

KOSELLECK, Reinhart. **FUTURO PASSADO: CONTRIBUIÇÃO À SEMÂNTICA DOS TEMPOS HISTÓRICOS**. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro. Ed. PUC-RIO, 2006.

LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL – LBDN, 2012b. Brasília, DF. [www.gov.br/defesa/ptbr/arquivos/estado\\_e\\_defesa/livro\\_branco/Versao2012dolivroLBDNportuguescompactado.pdf](http://www.gov.br/defesa/ptbr/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/Versao2012dolivroLBDNportuguescompactado.pdf)

LOPES, Roberto. **O Código das Profundezas**. Coragem, patriotismo, e fracasso a bordo dos submarinos argentinos nas Malvinas. Ed. Civilização Brasileira, 2012, Rio de Janeiro.

MAHAN, A. T., *The Influence of Sea Power upon History 1660-1783*, Boston: Little, Brown, and Company, 1890. 400p. Disponível em: <[https://archive.org/details/influenceofseapo0000maha\\_x3f9/page/588/mode/2up.pdf](https://archive.org/details/influenceofseapo0000maha_x3f9/page/588/mode/2up.pdf)> Acesso em: 08Mai. 2023.

MARCHESE, Miguel Angel. **A Guerra Das Malvinas: O Planejamento Argentino e o Emprego da Frota do Mar Sob o Ponto de Vista da Estratégia Operacional**. Monografia de conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores. Escola de Guerra Naval (EGN), Rio de Janeiro, 2010.

MARINHA DO BRASIL (Brasil). **Plano Estratégico Da Marinha 2040 (PEM)** –Estado-Maior da Armada, Brasília-DF: 2020. <https://www.marinha.mil.br/pem2040>.

MOORE. Charles. The first volume of his biography of Margaret Thatcher, First Vintage BooksEditions,2013.<[https://archive.org/details/margaretthatcher0000moor\\_f2s4](https://archive.org/details/margaretthatcher0000moor_f2s4)>Acessado em 14/05/2023.

MORENO, Isidoro J. Ruiz. **Comandos En Acción**. Ed. Claridad, 2011, Buenos Aires, Argentina.

NETO. Yerson de Oliveira; **O ASSALTO ANFÍBIO ALÉM DO HORIZONTE E SUAS REPERCUSSÕES NA DOCTRINA ANFÍBIA CLÁSSICA: O ASSALTO ANFÍBIO ALÉM DO HORIZONTE E SUAS REPERCUSSÕES PARA A DOCTRINA DAS OPERAÇÕES ANFÍBIAS DA MARINHA DO BRASIL**; Escola de Guerra Naval (EGN), 2006, RJ.

NIETZEL, Scott. “The Falklands War: Understanding the Power of Context Shaping Argentine Strategic Decisions”. Master dissertation, Naval Postgraduate School, 2007.

POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA – PND. Brasília, DF, 2012c. [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/END-PNDa\\_Optimized.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/END-PNDa_Optimized.pdf)

SANTOS, Rafael Macedo da Rocha. A importância da guerra das Malvinas no pensamento estratégico das Forças Armadas Brasileiras e o redirecionamento da cooperação militar com a Argentina pós-1982; Doutorado em História Comparada (PPGHC-UFRJ); NEIBA volume VII 2018;

SPROUT, Margaret Tuttle. *Mahan: evangelist of sea power. Makers of modern strategy: military thought from Machiavelli to Hitler*. Princeton: Princeton University Press, 1973. 445p.

TUCÍDIDES (c. 460 -c. 400 a.C) T532h História da Guerra do Peloponeso/Tucídides; Prefácio de Helio Jaguaribe; Trad. do grego de Mário da Gama Kury. -4ª edição -Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001 XLVII, 584 p., 23 em -(Clássicos IPRI, 2)

VELLAME, Jorge Nerie. **Operação anfíbia: é válido a Marinha do Brasil manter a capacidade de realizá-la no século XXI?** Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE). CALte (FN) Jorge Nerie Vellame.– Rio de Janeiro: ESG, 2014.

VIDIGAL, A.; ALMEIDA, F. E. A. de (Org.). Guerra no mar: batalhas e campanhas que mudaram a história. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.

WALSH, Marcelo Vieira. **A atuação brasileira frente à crise das Malvinas/Falklands (1982)**. Tese (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Brasília: Brasília, 1997.

WOODWARD, John; e ROBINSON, Patrick. **ONE HUNDRED DAYS - The Memoirs of the Falklands Battle Group Commander**. Naval Institute Press; Annapolis, Maryland; Published and distributed in the United States of America by Naval Institute; 1992, London.

Revista do Corpo de Fuzileiros Navais- O Anfíbio; Considerações Doutrinárias; A próxima Singradura. Marinha do Brasil. Nº 28, 2010, Edição Extra. [Revistas Navais | Marinha do Brasil](#)

Revista da Escola de Guerra Naval – (RMB) – n.7 (jun. 2006). Marinha do Brasil – Periódicos: Semestral ISSN 1809-3191 1. <https://www.marinha.mil.br/rmb/edicoes>

Revista Marítima Brasileira – (RMB) – n.04/06 (abr/jun. 2009). Marinha do Brasil – v. 129, Rio de Janeiro. <https://www.marinha.mil.br/rmb/edicoes>

Revista Marítima Brasileira – (RMB) – n.01/03 (jan/mar. 2012). Marinha do Brasil – v. 132, Rio de Janeiro. <https://www.marinha.mil.br/rmb/edicoes>

\_\_\_\_\_. PESCE. Eduardo Italo – Professor – ***Além Da Amazônia Azul: Projeção Estratégica Do Brasil No Atlântico Sul***.

Revista Marítima Brasileira – (RMB) – n.04/06 (abr/jun. 2014). Marinha do Brasil – v. 134,

Rio de Janeiro. <https://www.marinha.mil.br/rmb/edicoes>

\_\_\_\_\_. BAKKER. Mucio Piragibe Ribeiro de – Contra-Almirante (Refº). **A AMAZÔNIA AZUL: O Mar e seus Recursos e a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.**

\_\_\_\_\_. PESCE. Eduardo Italo – Professor – ***Além Da Amazônia Azul: Crescimento econômico e adequação do Poder Naval***

\_\_\_\_\_. REIS. Reginaldo Gomes Garcia dos – Contra-Almirante (Refº). ***Atlântico Sul e Amazônia Azul: Um desafio geopolítico para a sociedade brasileira?***

\_\_\_\_\_. FERREIRA. Renato Rangel – Capitão de Mar e Guerra (FN). ***Operações Navais No Século XXI: A Amazônia Azul*** (Parte 2).

Revista Marítima Brasileira – (RMB) – n.04/06 (abr/jun. 2023). Marinha do Brasil – v. 143, Rio de Janeiro. <https://www.marinha.mil.br/rmb/edicoes>

\_\_\_\_\_. FERREIRA. Juarez Cerqueira – Capitão de Mar e Guerra (Refº). ***A importância do Submarino como vetor Estratégico de Defesa. P.65-83.***

\_\_\_\_\_. MOURA. José Augusto Abreu De – Capitão de Fragata. ***A Geomorfologia da Elevação do Rio Grande e os pleitos brasileiros para a exploração desta feição*** – NOSSA CAPA. P.8-20

\_\_\_\_\_. NETO. Armando da Silva Costa Neto – Capitão de Fragata. ***A Elevação do Rio Grande: Uma análise sobre a implementação da estratégia Anti-Access/Area Denial pelo Brasil. P.21-27.***

Revista; Escola de Guerra Naval - (BRASIL) – v.21, n. 21 (jul/dez. 2015) (Brasil). Marinha. Periódico Especializado em Estudos Estratégicos: Semestral ISSN 1809-3191 1.

——— DUARTE, Érico. “Clausewitz, Corbett e o Desafio das Guerras Limitadas” – 118–147.

Revista Marítima Brasileira – (RMB) – n.10/12 (out/dez. 2020). Marinha do Brasil – v. 140, Rio de Janeiro. <https://www.marinha.mil.br/rmb/edicoes>

\_\_\_\_\_. JUDICE. Luciano Ponce Carvalho - Capitão de Mar e Guerra. ***PLANO ESTRATÉGICO DA MARINHA (PEM 2040): O Combate pelo Mar no Brasil Marítimo do século XXI.***

Revista -Âncoras e Fuzis; O Legado das Operações Anfíbias; Corpo de Fuzileiros Navais; Ano X – Nº 42; agosto de 2011; publicado pelo CIASC.